



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

IÊGO BRUNNO COSTA CASTRO

**ESPAÇO URBANO: AS (IN) ALTERAÇÕES NA VIDA DO TRABALHADOR DA
CONSTRUÇÃO CIVIL DECORRENTES DA EXPANSÃO DO SETOR EM SÃO
LUÍS**

São Luís

2018

IÊGO BRUNNO COSTA CASTRO

**ESPAÇO URBANO: AS (IN) ALTERAÇÕES NA VIDA DO TRABALHADOR DA
CONSTRUÇÃO CIVIL DECORRENTES DA EXPANSÃO DO SETOR EM SÃO
LUÍS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augustus
Labre Lemos de Freitas

São Luís

2018

Castro, Iêgo Brunno Costa.

Espaço Urbano: as (in) alterações na vida do trabalhador da construção civil decorrentes da expansão do setor em São Luís/ Iêgo Brunno Costa Castro. – São Luís, 2018.

77f.

Orientador: Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Ciências Econômicas, 2018.

1. Construção civil. 2. Espaço urbano. 3. Trabalhadores. 4. (In) Alterações. I. Título.

IÊGO BRUNNO COSTA CASTRO

**ESPAÇO URBANO: AS (IN) ALTERAÇÕES NA VIDA DO TRABALHADOR DA
CONSTRUÇÃO CIVIL DECORRENTES DA EXPANSÃO DO SETOR EM SÃO
LUÍS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

1º Examinador (a)

Universidade Federal do Maranhão

2º Examinador (a)

Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho à minha família e
amigos.

O trabalho enobrece
o homem.

Max Weber

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Karen Letícia Trindade Bertoldo, minha companheira, pelos momentos marcantes e por nunca me deixar desistir;

Agradeço aos meus filhos Brunna Letícia Bertoldo Costa e Brenno Bertoldo Costa Castro, por ensinar-me a ser um bom pai.

Agradeço aos meus pais Nilson Meneses Castro e Maria de Lourdes Costa pelo apoio;

Agradeço ao meu irmão Igor Bruno Costa, pelo respeito mútuo;

Agradeço ao Professor Doutor Fernando Antonio Guimaraes Ramos, por toda atenção e apoio que me foi dado durante grande parte de minha vida;

Agradeço aos meus sogros Joberval Carvalho Bertoldo e Pulquermia de Jesus Trindade Bertoldo, por estarem sempre ao meu lado, tanto nos momentos de alegria como nos de tristeza.

Agradeço ao camarada Geylson Serra pela motivação constante.

Agradeço aos professores do Curso de Ciências Econômicas por todo conhecimento que me foi oferecido.

RESUMO

Este trabalho busca investigar as (in) alterações na vida do trabalhador da construção civil resultantes da expansão do setor na capital maranhense, no período de 2000 a 2016, principalmente no que se refere às alterações no padrão de vida destes, nos padrões de consumo e em relação aos danos sobre a vida do trabalhador decorrente das atividades realizadas. Para tanto, faz-se uso de dados obtidos através de pesquisa de campo realizada junto aos trabalhadores do setor de construção civil em 8 canteiros de obras distribuídos pela capital maranhense. Verifica-se ao longo do trabalho que, a despeito de uma expansão do setor e seu consequente aumento da demanda por mão-de-obra, os trabalhadores não experimentaram grandes mudanças em suas formas, estrutura e situações de vida.

Palavras-chave: Construção civil. Espaço urbano. Trabalhadores. (In) Alterações.

ABSTRACT

This paper seeks to investigate the (in) alterations in the life of the construction worker resulting from the expansion of the sector in the capital of Maranhão, in the period 2000 to 2016, especially with regard to changes in their standard of living, consumption patterns and life damages of the worker resulting from the activities performed. To do so, use is made of data obtained through field research carried out with the workers of the civil construction sector in 8 construction sites distributed throughout the Maranhão capital. In spite of an expansion of the sector and its consequent increase in the demand for labor, it is verified throughout the work that the workers did not experience great changes in their forms, structure and situations of life.

Keywords: Civil construction. Urban space. Workers. (Un) Changes.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Número de edifícios construídos em São Luís (2000-2010)	44
Gráfico 2 Distribuição dos trabalhadores segundo gênero.....	46
Gráfico 3 Distribuição dos trabalhadores segundo escolaridade.....	47
Gráfico 4 Distribuição dos trabalhadores por faixa etária.....	48
Gráfico 5 Tempo de atuação na empresa	49
Gráfico 6 Agradabilidade do ambiente de trabalho	51
Gráfico 7 Respeito às normas técnicas e pelo "superiores"	52
Gráfico 8 Capacitação para o trabalho e realização de tarefas compatíveis com o cargo	52
Gráfico 9 Satisfação com as atividades realizadas e reconhecimento pela empresa	52
Gráfico 10 Satisfação com o salário e com o trabalho e insatisfação com o trabalho	54
Gráfico 11 Faixas de renda e adequação desta à atividade.....	56
Gráfico 12 Satisfação das necessidades básicas e aquisição de bens pelo salário	57
Gráfico 13 O trabalhador segundo sua situação habitacional	58
Gráfico 14 Utilização de serviços de transporte, saúde e educação pelo trabalhador e sua família segundo suas fontes ofertantes	60
Gráfico 15 Razões para trabalhar na empresa e realização profissional	62
Gráfico 16 Transtornos e danos resultantes do horário de trabalho e do trabalho como um todo.....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	14
2.1 O espaço urbano	14
2.2 Agentes produtores do espaço.....	19
3 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL: considerações sobre o setor imobiliário/construção civil	26
3.1 Histórico da Habitação no Brasil.....	26
3.1.1 A construção civil até o fim do período colonial.....	26
3.1.2 Origens do mercado de construção no Brasil.....	28
3.1.3 A habitação no Brasil: o poder do Estado na criação de habitações.....	33
3.2 A Propriedade como ativo e a faixa de Interesse Social do Setor de Construção Civil	38
4 AS (IN) ALTERAÇÕES NA VIDA DO TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM SÃO LUIS – MA	41
4.1 Processo de Verticalização de São Luís	41
4.2 Pesquisa de Campo: aspectos metodológicos	45
4.3 O Trabalhador da Construção Civil: resultados da pesquisa.....	46
4.3.1 Caracterização da amostra	46
4.3.2 Satisfação no (com o) Trabalho	50
4.3.3 O Trabalho e a Vida do Trabalhador	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE	72

1 INTRODUÇÃO

A formação e a expansão de um território ocorrem devido a diversos fatores, como a sua história, atuação de seus atores sociais, atividade econômica, entre outros. Nesse sentido, o processo de produção do espaço urbano é uma temática bastante complexa, de tal forma que entender o movimento de produção e reprodução desse espaço é condição imprescindível para compreender a forma de atuação dos atores sociais nesse processo.

A produção do espaço urbano assume, há algumas décadas, função importante e ativa na dinâmica econômica do modo capitalista de produção. Nesta dinâmica econômica, a indústria de construção civil apresentou, em grande parte das últimas décadas, taxas e perspectivas significativas de crescimento. Nesse setor, não diferentemente dos demais, buscou-se ao longo dos anos desenvolver e dominar técnicas que possibilitassem a redução do tempo de construção das obras.

A redução destes tempos de produção se traduzem em aumentos de produtividade. Esta, por sua vez, a partir da introdução de técnicas cada vez mais sofisticadas possibilita às empresas redução de custos e aumentos na participação no mercado habitacional. No entanto, a despeito da introdução contínua de novas técnicas e instrumentos, um elemento persiste como essencial para o desenvolvimento das atividades na indústria de construção civil: o trabalho, o trabalhador. É nesse sentido que este trabalho tem por objetivo investigar quais foram as (in) alterações na vida do trabalhador decorrentes da expansão do setor de construção civil na capital maranhense e seu conseqüente aumento na demanda por trabalhadores para atuação nos canteiros de construção. Como a expansão deste setor, dada a necessidade *inevitável* de ter trabalho humano na construção das edificações, se traduz sobre a vida do trabalhador, em termos físicos e de padrão de vida? Isto é, a expansão do setor gerou renda suficiente aos trabalhadores para que estes mudassem seus padrões de vida? De consumo? O trabalho intenso gerou danos à saúde do trabalhador? São estas questões que se busca responder ao longo deste trabalho e, para tanto, faz-se uso de pesquisa de campo, através da aplicação de questionários junto aos trabalhadores do setor de construção civil em oito canteiros de construção na capital maranhense.

Para atingir o objetivo indicado, o presente trabalho está dividido em cinco seções, a contar desta introdução. Na seção dois faz-se a exposição dos elementos teóricos-conceituais que norteiam as análises do espaço urbano, buscando destacar como se dá o processo de produção do espaço urbano, bem como a identificação dos agentes produtores deste espaço. A seção três, por sua vez, destina-se à exposição do processo de urbanização no Brasil, onde se busca contextualizar, em termos históricos, a evolução do setor de construção civil no país, as origens do mercado de construção no Brasil, juntamente com o surgimento das políticas habitacionais e da faixa de interesse social do setor de construção civil em meio a essas políticas. Já a seção quatro destina-se ao tema em si, com a investigação das (in) alterações na vida do trabalhador resultantes da expansão do setor de construção civil em São Luís. Antes, expõe-se nessa seção o processo de formação e verticalização de São Luís, bem como os elementos metodológicos da pesquisa de campo realizada junto aos trabalhadores do setor de construção em canteiros de obras na capital. Por fim, na seção cinco são apresentadas, a título conclusivo, as considerações finais a este trabalho.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Este capítulo tem por objetivo a exposição dos elementos conceituais que norteiam as análises do espaço urbano. Far-se-á ao longo das próximas seções a apresentação do conceito de espaço urbano, juntamente com a identificação dos agentes sociais responsáveis por sua produção.

2.1 O Espaço Urbano

A compreensão do processo de produção do espaço urbano é um tema bastante complexo, posto que a própria concepção e reprodução do espaço, enquanto produto da sociedade urbana é resultado de um conjunto de relações, *por si só*, complexas. Nesse sentido, entende-se e parte-se da concepção de que o espaço é produzido a partir de relações sociais de produção marcadas pela atuação dos atores sociais (SILVA, 2010).

Intuitivamente, a primeira dedução quando se trata da questão “espaço urbano” é a de limitação geográfica deste, entendendo-o como sinônimo de território. Todavia, “espaço” e “território” possuem definições distintas. Portanto, antes de qualquer incursão no objeto de estudo propriamente dito, cabe aqui fazer esta diferenciação.

Território, segundo Rodrigues (2007), compreende um objeto de estudo social resultante dos processos histórico e cultural, a partir dos quais se definem suas configurações com base na identidade dos seus atores sociais e de suas singularidades. Por depender da apropriação pela sociedade em um determinado período, de questões econômicas, políticas e sociais e pela influência que sofre dos interesses e necessidades dessa própria sociedade, o território pode apresentar-se de forma contraditória: ora marcado por contradições sociais, ora socialmente igualitário (Mesquita e Xavier, 2013). Suas contradições sociais resultam das diferenças econômicas, políticas e culturais causadas pelo sistema de produção. Enquanto que sua faceta socialmente igualitária deriva da ação e cooperação dos seus atores, a partir da autonomia na manifestação de suas escolhas e potencialidades (SOUZA, 2001).

O espaço, por sua vez, corresponde a um conceito mais amplo, construído e adaptado a partir das relações sociais, valores e costumes da sociedade, uma expressão materializada nas formas espaciais da estrutura da sociedade em movimento, acumuladas através do tempo, ao mesmo tempo em que as novas formas e processos deste espaço geram mudança na sociedade (Mesquita e Xavier, 2013; Pinheiro, 2011). Assim, o espaço apresenta-se como um reflexo dos interesses e conflitos da sociedade e, nesse sentido, como a sociedade é marcada por injustiças sociais, o espaço é dotado de contradições e de conflitos de interesses (SANTOS, 2008a).

As investigações quanto ao processo de formação e reprodução do espaço urbano, em geral, são influenciadas e enriquecidas pelas análises geográficas acerca do tema. Estas, a despeito das divergências quanto ao conceito de espaço, no sentido espaço geográfico num contexto urbano, costumam defini-lo como um conjunto de formas indissociáveis compostas pela sociedade em movimento e por objetos geográficos. Assim sendo, segundo SANTOS (2008a, p.28),

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e que os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isso: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento.

Dessa forma, o espaço geográfico pode ser entendido, segundo Santos (2008b, p.63), como um espaço “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” e que se apresenta dotado de duplo valor: *valor de uso* e *valor de troca*. O componente *valor de uso* do espaço refere-se ao suporte físico sobre o qual a sociedade se organiza. Já o *valor de troca* compreende a transformação do espaço em mercadoria, o que possibilita a obtenção de renda por parte daqueles que o detém (Rocha, 2006). Assim, por um lado, o espaço é palco da atividade humana, local das atividades do homem, um produto de relações sociais determinantes (Carlos, 1994). Por outro, num contexto de inserção urbana, o urbano (espaço urbano), corresponde ao “produto de contradições emergentes do conflito entre as necessidades da reprodução do capital e as necessidades da sociedade como um

todo” (Carlos, 1994, p.14). Nesse sentido, o urbano passa a ser entendido por Carlos (1994) como condição geral de realização do processo de reprodução do capital, além de produto desse processo. Posto isso, o espaço urbano é, portanto, um recorte espacial do espaço geográfico (PINHEIRO, 2011).

“O espaço pode ser entendido como produto de um processo de relações que os grupos humanos estabelecem com a natureza. Esta produção envolve trabalho, lazer, ideologia, dentre outros” (Santos, 2013, p.19). Segundo Lefebvre (2006), é produto, condição e meio de reprodução da sociedade no mundo contemporâneo e não pode ser concebido como passivo, vazio, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido. É um produto social, resultante de um conjunto de relações entre os atores sociais. Nessa concepção, a compreensão do espaço urbano transcende uma visão estática ou vazia do próprio espaço, passando a ser considerado agente de sua própria produção (Ferreira, 2011). Segundo Silva (2010, p.28), acerca da concepção de Henri Lefebvre sobre o espaço,

Lefebvre vê o espaço como um produto social, que assume uma realidade própria, de acordo com o modo de produção e a sociedade presente. O espaço como produto serve como uma ferramenta para a ação e para o pensamento, funcionando como um meio de produção, de controle e de dominação. O autor vê o espaço como produto da sociedade, o espaço sendo “um modo e um instrumento, um meio e uma mediação... O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial”.

O espaço, enquanto produto social é também instrumento ao pensamento, um meio de produção, meio de controle, de dominação e de potência onde se reproduzem as relações dominantes de produção (Lefebvre, 2008). “Nesse sentido, para compreender o conceito do espaço no contexto do modo capitalista de produção, é preciso perceber que o espaço tem um valor econômico e político” (Loch *et al*, 2013, p.3). Corresponde ao “cenário de produção de relações sociais (homem com o meio), desencadeada pelas influências do meio sobre as sociedades humanas” (ROCHA, 2006, p.20).

Para Soja (1983), a dimensão urbano-espacial atua como importante força de produção e reprodução das relações sociais, sendo o espaço urbano a representação material das relações sociais de produção, a expressão territorial concreta da divisão do trabalho. Nessa perspectiva, o espaço pode ser visto como

uma construção contínua que se dá através da ordenação de coisas e relações, as quais se confrontam mutuamente de forma mais ou menos organizada (Thrift, 2007).

“O espaço urbano no capitalismo, portanto, reflete uma contradição fundamental, que se expõe claramente na forma urbana: o conflito de interesses entre o capital e o social” (Silva, 2010, p.26). Salientando-se que o espaço é produto de relações baseadas na divisão do trabalho, ou seja, na produção material do homem, na forma como o homem busca na natureza os seus meios de existência (Marx, Engels, 1932, p.11). Destarte, mais do que um espaço socialmente construído, um espaço humano, o espaço urbano é, sobretudo, um instrumento de realização do capital, do sistema de produção capitalista, tendo em vista que “no modo de produção atual e na sociedade em ato tal como ela é, o espaço tem assumido, embora de maneira distinta, uma espécie de realidade própria, ao mesmo título e no mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro, o capital” (Lefebvre, 2006, p.36) tornando-se “um modo e um instrumento, um meio e uma mediação, um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial” (LEFEBVRE, 2008, p.26).

A aparência da figura espacial é dissimulada porque, embora o espaço seja fisicamente constituído de muitos elementos artificiais, ele é, antes de tudo, um produto social, marcado pela atuação dos agentes sociais, pois sem a ação do homem em suas diversas relações, modo de vida e de produção capitalista, tal espaço não seria produzido. Nessas circunstâncias, inserido no contexto do modo de produção capitalista, do consumismo e da busca exacerbada pelo lucro, o espaço urbano torna-se um meio de reproduzir o capital, a cada dia mais estruturado e organizado conforme as leis de mercado (Pinheiro, 2011). Isto se deve ao fato de que, em um contexto de valorização, o homem passa a produzir o espaço no intuito de que esse mesmo espaço lhe confira vantagens econômicas. Isto é, o homem passa a moldar o espaço de acordo com suas intenções, tornando aquele uma representação materializada destas.

Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORRÊA, 1995, p.9).

Ou de acordo com PINHEIRO (2011, p.34),

O espaço é um produto social e nele o homem materializa suas intenções, organizando-o e estruturando-o de forma que possa ser usufruído da maneira que lhe ofereça maiores vantagens, sobretudo econômico. É a materialização das intencionalidades sociais no contexto do modo de produção capitalista.

O resultado da materialização dessas intencionalidades se expressa de forma material e concreta, através da prática socioespacial, dando forma e conteúdo ao espaço urbano, transpondo-se na figura das cidades. O espaço, nesse sentido, manifesta-se como expressão da produção no sentido amplo, enquanto obra materializada para permitir a produção no sentido restrito, de bens e serviços, compõe-se num meio, numa condição da própria condição material das bases reais de existência da vida (Carlos, 1994b). Enquanto que a cidade, nesta perspectiva, identificada com o processo produtivo, se expressa como condição e manifestação desse processo produtivo, por meio do qual se realiza a distribuição, circulação e o consumo individual e coletivo (Amorim, 2011). Além disso, a cidade se manifesta ainda como forma de “concentração de meios para a produção de mercadorias e reprodução da força de trabalho, como base para a reprodução do processo produtivo (nos sentidos amplo e restrito), e, portanto, do processo social” (SPOSITO, 1991, p. 53).

Resultantes do desenvolvimento das sociedades e da consequente reorganização espacial a partir da divisão do trabalho, “as cidades concentram as mais diversas atividades e funções articuladas, e promovem novas relações espaciais, quanto mais se diversificam os diferentes lugares e os seus diferentes usos” (Santos, 2010, p.157). “A cidade assim pode ser vista como uma produção contínua da sociedade, que materializa na paisagem diferentes períodos de reprodução das relações sociais” (Silva, 2010, p.29). Neste caso, a cidade não é só vista em função das condições da reprodução do capital, mas também, em função das condições de reprodução da vida humana, pois à medida que o homem a constrói, insere nela diversos simbolismos que a faz ser sua representatividade, transformando-a assim, em um campo de lutas (ROCHA, 2006, p.21).

Grosso modo, as cidades se apresentam como “materialidade” do espaço urbano. Nesse sentido, o espaço urbano, as relações sociais merecem destaque, no sentido de que é por meio delas (das relações sociais) que se pode falar em um processo de produção que engloba um modo de produção específico (o capitalista)

por meio do qual as sociedades são reguladas (Ferreira, 2011). Assim, o espaço urbano na concepção do sistema de produção capitalista está fundamentado pelas regras do próprio sistema capitalista. Isto é, voltado para gerar “uma determinada renda, um lucro, uma riqueza, que é o que chamamos de capital, adquirido pelos meios de produção e pela exploração da força de trabalho” (Santos, 2010, p.157), que “movimentados pelo trabalho humano, produzem determinado valor; o valor da força de trabalho gasto é mais um valor excedente, que aparece nas mãos do capitalista sob a forma de lucro” (Singer, 1979, p. 21). Além disso, inter-relaciona-se e compõe a estrutura das forças produtivas e intervém nas relações entre os atores sociais.

O espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho, ele tem relações com a propriedade... com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra, ele tem valor de troca e valor de uso. Assim sendo, ele não se situa a tal ou tais „níveis“, „planos“ classicamente distinguidos e hierarquizados... O espaço se forma, intervém ora a alguns „níveis“ ora a outros. Ora no trabalho, ora nas relações de dominação (de propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições) (LEFEBVRE, 2006, p. 5).

Em suma, o espaço urbano é por um lado material (palco da atividade humana) e, por outro, social (produto das relações sociais) onde “o modo de produção organiza e produz ao mesmo tempo seu espaço e seu tempo, sendo essa a forma como ele se realiza” (Ferreira, 2011, p.3). Desse modo, fica evidente o carácter metamórfico do espaço urbano e o processo de apropriação deste como mercadoria, cuja “produção é comandada pela necessidade de acumulação de capital. O espaço urbano é então meio e a condição para a perpetuação do modo capitalista de produção e que, por isso, a cada dia torna-se mais seletivo e estruturado para esse fim” (PINHEIRO, 2011, p.36).

2.2 Agentes Produtores do Espaço

O espaço enquanto produto das relações sociais é resultado da interação entre os agentes sociais que compõe o urbano. Estes agentes são responsáveis pela transformação e valorização do solo. Destarte, a produção social do espaço urbano possui relação direta com os interesses diversos desses agentes sociais, que agem conjuntamente produzindo o espaço. Esta ação conjunta de interesses resulta na transformação do meio natural em um ambiente cada vez mais artificial. Além disso, a manipulação desse espaço produzido para a realização de interesses

de grupos sociais definidos, que nem sempre se conformam com os interesses da maioria, é responsável pelo constante surgimento de novas formas urbanas (PINHEIRO, 2011).

A ação conjunta dos interesses diversos formando o espaço é caracterizada por meio das relações estabelecidas entre o público e o privado. Isto é, das relações estabelecidas entre o Estado e suas instancias: poder público e suas subdivisões administrativas; tributos sobre a posse da terra e da habitação; e do jogo de forças oriundas dos interesses do capital empresarial. De acordo com SANTOS (2010, p.158),

Estas relações estabelecidas entre o público e privado modelam e estruturam o espaço urbano, pois, o Estado como suporte, dá as condições necessárias para que a iniciativa privada possa desenvolver as suas atividades, e onde estas atuam não somente no modelo físico e territorial sobre determinada área, mas passam a comandar o destino das relações estabelecidas na cidade, sobretudo, no que se refere às decisões de densificação infra-estrutural do solo.

O espaço, nesse contexto, é uma “abstração, isto é, um processo que envolve a reprodução do capital por meio de relações contraditórias que se materializam na cidade” (Ferreira, 2011, p.6). Em outras palavras, é “condição e meio para reprodução das relações sociais de produção” (Honório, 2012, p.33). Assim, ao mesmo tempo em que é um produto social materializado nas estruturas da sociedade, que se acumula através do tempo, o espaço urbano é também, como observado, condição necessária para a realização da sociedade e para manutenção e reprodução do modo capitalista de produção.

Para a manutenção desse sistema de produção, a inter-relação entre os agentes produtores do espaço, transforma, reordena, reconfigura, produz e reproduz o espaço urbano, transformando a cidade em um espaço urbano complexo, constituído por cenários diferenciados, nos quais o modo de produção capitalista é materializado. Portanto, no modo capitalista de produção, a estruturação, produção e organização do espaço resultam da relação em conjunto das forças originadas pelos agentes produtores do espaço atuando em busca de suas intencionalidades particulares dentro da lógica capitalista (Pinheiro, 2011). Sendo assim, quais seriam, então, os agentes produtores do espaço? A aceitação quanto a estes agentes não é unanime, segundo Corrêa (1995), são cinco: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os

agentes sociais excluídos. Para Harvey (1980), existem seis agentes produtores do espaço: os usuários da moradia; os corretores de imóveis; os proprietários; os incorporadores e construtores; as instituições financeiras; e as instituições governamentais. Ribeiro (1997), por sua vez, especifica quatro agentes produtores do espaço: o incorporador; o construtor; as instituições de crédito; e os proprietários rentista.

- **Os proprietários dos meios de produção ou industriais**, na produção do espaço urbano, são responsáveis pela mobilização do solo para instalação das indústrias. Isto é, tendo a terra como suporte material para a produção capitalista, estes “necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas indústrias” (Ferreira, 2011, p.7). Segundo Rocha (2006, p.37), estes são os agentes mais simples do processo, pois suas ações consistem em “proporcionar terrenos amplos e baratos para a instalação das indústrias” e “fazendo parte de uma sociedade capitalista e industrializada, é natural que boa parte do solo urbano seja ocupado pelas indústrias, marcando assim, o seu território dentro do todo”. Apesar da “simplicidade” de sua ação, de acordo com Corrêa (1995), a ação espacial destes agentes exerce papel decisivo na localização espacial dos usos da terra, já que a atividade industrial expressiva necessita de áreas amplas e, em geral, são instaladas próximas às áreas proletárias¹ e as áreas residenciais nobres, no lado oposto a estas.

- **Os proprietários fundiários** são, efetivamente, os agentes donos das terras que estão ou estarão sendo ofertado no mercado, à espera do melhor preço, aquele que lhe assegure o mais alto nível de renda da terra. Eles “atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessa-lhes o valor de troca da terra e não o valor de uso” (Ferreira, 2011, p.8). A obtenção do maior valor para a terra pode ser um processo demorado, pois depende de valorização até que esta esteja apta para venda. São caracterizados por deterem/manterem grande parte de seu capital imobilizado em frações de terra. Para eles, apesar de utilizarem a terra enquanto valor de uso (moradia para si), o que importa é o valor de troca dela, já que atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades (Ferreira, 2011). Os proprietários fundiários são os agentes para os

¹Ao mesmo tempo, as áreas proletárias são criadas pelas indústrias em seu entorno. As antigas e conhecidas “vilas operárias”, criadas em torno das indústrias para “abrigar” os trabalhadores destas.

quais a terra é suporte de valorização do capital (Ribeiro, 1997), e, nesse sentido, sua reprodução e a reprodução do seu capital não se dão pela circulação deste, mas, ao contrário, ocorre pela retenção e especulação sobre a escassez da terra (Honório, 2012), ou seja, o proprietário de terras tem o poder de analisar a melhor forma de obter renda com elas, à medida que detém “poder de monopólio” ao possuir uma mercadoria não reprodutível ou difícil de ser reproduzida. Para Corrêa (2003), estes são os agentes mais interessados na expansão do espaço da área urbana (conversão de áreas rurais em áreas urbanas), pois a área urbana tem maior poder de valorização.

- **Os promotores imobiliários ou agentes imobiliários** são caracterizados por sua dinâmica de atuação e por sua interferência nas mudanças no uso da terra, atuando em vendas de loteamentos, construções, financiamentos e outras operações na busca por altos lucros (Santos, 2010). Segundo Corrêa (1995), os promotores imobiliários possuem múltiplas funções (algumas delas são consideradas agentes produtores por outros autores), a saber: incorporação; financiamento; estudo-técnico; construção; e comercialização. Grosso modo, os promotores imobiliários são responsáveis por reunir recursos advindos de pessoas físicas e jurídicas para o investimento espacial visando a compra do solo e a construção do imóvel, ou seja, transformar “capital” dinheiro em mercadoria, neste caso o imóvel (ROCHA, 2006).

- **Os incorporadores e construtores** são componentes integrantes dos promotores imobiliários. Os incorporadores são responsáveis pela articulação do negócio imobiliário. São responsáveis pela tomada de decisões antes que o empreendimento seja propriamente construído (escolha da localização, da extensão do empreendimento e do número de unidades) (Corrêa, 1995). Os agentes incorporadores são compostos por três outros agentes: os financiadores (fonte dos recursos para realização do empreendimento); as consultorias imobiliárias (fornecem orientações e subsídios para a colocação do imóvel no mercado); e as construtoras (Santos, 2013). As construtoras, de forma direta, são responsáveis pela construção do imóvel. São responsáveis pela parte física do processo, realizando a construção propriamente dita e recrutamento da mão de obra necessária. Segundo Gimenez (2007), as construções dos imóveis visam as classes com poder aquisitivo suficiente para cobrança de preços altos que lhes proporcionem lucros com retorno desejável.

Possuem ainda, poder político e capacidade de fragmentar cidades, criando segmentações, bolsões de reservas de lotes e gerando vazios urbanos. Sendo assim, elas não são responsáveis apenas pela construção física das residências (SANTOS, 2010, p.160).

- **As corretoras de imóveis**, assim como as construtoras e incorporadoras, são componentes dos promotores imobiliários, à medida que operam no mercado de moradias para obter valor de troca (Harvey, 1980). São os agentes diretamente responsáveis pela comercialização dos imóveis, ou seja, pela transformação do capital mercadoria em capital dinheiro, acrescidos de juros (Corrêa, 1995). As construtoras, por serem comercializadoras dos imóveis, são os agentes de mediação entre incorporados e consumidores no mercado de imóveis. Assim sendo, são responsáveis pela criação de necessidades e indução do consumo no mercado de imóveis (PINHEIRO, 2011).

- **Os usuários da moradia ou moradores** constituem os usuários da moradia e podem ser divididos entre moradores proprietários e inquilinos (moradores de aluguel). Os moradores proprietários adquirem o imóvel considerando seu valor de uso e de troca. Já os moradores de aluguel constituem clientes de proprietários de habitações que, pelo monopólio da moradia, obtém renda através da moradia. Através da moradia o proprietário pode maximizar sua renda alugando-a e obtendo renda sobre o capital investido nela (HARVEY, 1980; PINHEIRO, 2011).

- **Os agentes sociais excluídos ou grupos sociais excluídos** são resultado das diferenças de classes existente no sistema de produção capitalista. Assim como nos demais mercados, no mercado imobiliário, determinada parcela da sociedade é excluída das possibilidades de consumo. A seletividade no acesso à moradia, devido a falta de renda para compra ou até mesmo alugar uma moradia, somado a fatores como a “subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal remunerado” (Côrrea, 2003, p. 29) cria uma camada socialmente excluída. Apesar dessa exclusão, Corrêa (2011) adverte para a importância destes agentes na produção do espaço, a qual é efetivada quando estes socialmente excluídos invadem e ocupam terras públicas e privadas, produzindo favelas, ou, no sistema de mutirão, dão conteúdo aos loteamentos populares das periferias urbanas. Apesar de representarem grande parcela da população consumidora do espaço, “esses grupos ocupam as áreas mais periféricas da cidade

e se tornam verdadeiros excluídos das habitações dignas de morar, constituindo assim, num grupo de resistência e sobrevivência às adversidades imposta pela sociedade” (Rocha, 2006, p.42). Segundo Ferreira (2011, p.8), os excluídos socialmente são caracterizados por não possuírem “o mesmo acesso a bens e serviços como as classes superiores, restando-lhes produzir seu próprio espaço, como forma de resistência e estratégia de sobrevivência”.

- **O Estado**, uma entidade política, legitimada por uma ordem jurídica, tem a capacidade de agir sobre o território e a população. Representado pelas instituições públicas que o compõe, o Estado é o grande agente produtor do espaço urbano e o principal responsável pela gerência deste. O Estado “desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço” (Corrêa, 2011b, p. 45) e “essa multiplicidade se realiza tanto na escala interurbano quanto na escala interurbana” (Honório, 2012, p.34). De acordo com Corrêa (1995), o Estado pode atuar de diversas formas, seja como grande industrial, como proprietário fundiário, como consumidor do espaço e de localizações específicas ou como promotor imobiliário, isso tudo, sem deixar de atuar como agente de regulação do solo e instrumento legitimador de classes. Por seu poder de regulação espacial, o Estado é um poderoso agente de transformação e valorização do espaço à medida que interfere de forma ativa no mercado de terras e é o principal responsável por obras de infraestrutura no espaço urbano (Santos, 2013). Além disso, o poder de regulação espacial do Estado possibilita, a este, total prerrogativa em alocar investimentos públicos na produção do espaço urbano (Santos, 2010), tornando-o o principal agente responsável pela valorização fundiária urbana. Outro aspecto garantido e legitimado ao Estado consiste no papel de mediador de conflitos entre os agentes produtores do espaço urbano, proporcionando dinâmica ao mercado imobiliário e de consumo do solo (Pinheiro, 2011). Todavia, há de se ressaltar que estas ações do Estado não possuem objetivos ‘benevolentes’. Sua capacidade de criar novas centralidades urbanas, através de ações de infraestrutura que transformam áreas periféricas em áreas valorizadas e atrativas, nada mais é que um instrumento legitimador de classes. Portanto, a função do Estado, no sistema capitalista de produção, é de assegurar a produção e reprodução do capital frente à propriedade imobiliária (SANTOS, 2013).

Ao encarar o espaço como produto das relações sociais, que atua, simultaneamente, como produto, meio e condição de reprodução do modo capitalista

de produção, é preciso pensá-lo como uma mercadoria repleta de contradições (Amorim, 2011) e que, portanto, sua produção se “dá no plano da vida cotidiana, na relação que se estabelece entre os diferentes agentes responsáveis pela reprodução do espaço urbano” (Silva, 2010, p.41). Esta interação entre os diversos atores sociais responsáveis pela reprodução do urbano se dá como uma disputa de forças, em que cada um atua de acordo com seus interesses de classe. Ao atuarem sobre o espaço, objetivando seus interesses particulares de ampliação do capital, a reprodução das relações de produção e a continuidade da acumulação do próprio capital estão garantidas em meio aos conflitos entre os agentes produtores do espaço e as estratégias comuns que os unem.

Grosso modo, pelo exposto, observa-se que o espaço é percebido como resultante do conjunto de reações entre os atores sociais e que as ações destes atores estão intrinsecamente ligadas aos seus objetivos particulares. Ao se relacionarem de diversas maneiras, estes atores dão forma ao espaço urbano, produzindo-o e reorganizando-o, seja através do monopólio da propriedade, da incorporação, das relações de construção e consumo de imóveis, ações do Estado ou outras ações. A ação conjunta desses agentes é complexa e o Estado, enquanto agente e sujeito dominante na produção do espaço, tem papel de destaque nestas relações, pois atua em parceria com os demais agentes ou sujeitos, sendo a sua ação fundamental para a configuração de um espaço urbano e para a produção e valorização do capital imobiliário (FERREIRA, 2011; HARVEY, 1980; LEFEBVRE, 2008).

3 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL: considerações sobre o setor imobiliário/construção civil

Entendendo a construção civil em seu sentido restrito, no qual a mesma é definida como a construção, a demolição, a reforma ou a ampliação de edificação, o tratamento das questões relativas aos desdobramentos do setor de construção civil sobre as condições dos trabalhadores do ramo perpassa, naturalmente, pela avaliação da evolução do próprio setor². Assim sendo, este capítulo tem por objetivo o tratamento da evolução histórica do setor de construção civil no Brasil. Para tanto, os subitens seguintes destinar-se-ão às iniciativas políticas na promoção da construção de habitações, as quais repercutiram e estimularam o desenvolvimento do setor de construção civil no país.

3.1 Histórico da Habitação no Brasil

Alguns autores costumam subdividir a evolução do setor de construção civil no país em três fases: a primeira, anterior à década de 1930, em que se observa predomínio de técnicas construtivas rudimentares e pouco incentivo à construção de habitações no país; a segunda, iniciada no Governo Vargas na década de 1930, em que se tem a promoção do desenvolvimento das técnicas construtivas com o auxílio do Estado; e a terceira após a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1964, durante o regime militar, as quais serão apresentadas nas subseções seguintes.

3.1.1 A construção civil até o fim do período colonial

A história da construção civil no Brasil é antiga e se confunde com a própria formação da sociedade brasileira. Seu início ocorre juntamente com o período de colonização portuguesa. A partir de então, o setor de construção civil vem evoluindo conjuntamente e como reflexo da evolução econômica do país, já que a expansão do mercado de construção se dá como resultado das pressões da demanda por moradias, e esta demanda depende das condições (macro) econômicas do país. Nesse sentido, Santana (2012, p.54) afirma que existe “forte relação entre os

² Considerar-se-á como construção civil a construção de moradias.

movimentos gerais da expansão capitalista no Brasil e o caminho percorrido pela atividade construtora no que se refere ao seu processo de formação e transformações”.

Nos estágios iniciais da construção civil no país, as construções foram autóctones (a própria pessoa constrói sua casa) (Costa *et al*, 2014), com as formas artesanais de trabalho, o “artesão pedreiro”, dominando todas as fases do processo de produção, que o permitia ditar seu ritmo e conduzir a construção desde a concepção até a execução (Gomes, 2003). Nesta primeira fase, compreendida entre 1500 e início da década de 1930, o setor de construção civil, a construção de moradias, foi de responsabilidade única da iniciativa privada e, em geral, destinada exclusivamente para uso próprio.

De acordo com Vargas (1994), entre 1500 e o século XIX a construção civil no Brasil pouco evoluiu no sentido de aplicação de técnicas próprias, limitando-se, em geral, à incorporação de técnicas estrangeiras à realidade local. Segundo Gomes (2003, p.10), “as primeiras atividades ligadas à construção civil iniciaram-se nas fazendas de açúcar, nos colégios jesuítas, na mineração, nos arsenais da marinha e no artesanato urbano”. Nestas, predominava a adoção de técnicas primitivas, com certa padronização das construções e adoção de mão-de-obra escrava, depois escrava e assalariada. As edificações eram traçadas por mestres portugueses, por militares oficiais de engenharia ou, ainda, por padres com conhecimentos de arquitetura para a construção de mosteiros e igrejas (BARROS, 1996).

Os primeiros progressos organizacionais do setor resultaram do crescimento das cidades coloniais e da incorporação de uma herança do artesanato urbano português, as corporações de ofícios, que possibilitaram a diversificação das ocupações da construção civil. Regidas por mestres de ofício e oficiais formados, estas corporações transformavam aprendizes em novos mestres de ofício, os quais, após um período de treinamento junto a seus mestres, passavam a ser responsáveis pela arquitetura na construção de igrejas e mosteiros (daí resulta, em parte, a padronização da arquitetura das construções) (VARGAS, 1994).

O aprendiz tornava-se oficial após a constatação do responsável pela tenda de que estava apto para desempenhar a função. Para se transformarem em mestres, deveriam obter experiência trabalhando para outros mestres

durante um período mínimo, definido pela corporação, a partir do qual poderiam requerer um exame (GOMES, 2003, p.10).

Através da formação dos aprendizes, as corporações possibilitaram a formação de trabalhadores qualificados, os quais coordenavam as construções de fortes, mosteiros, igrejas e habitações sofisticadas desenvolvidas com uso de mão-de-obra de serventes ou escravos. O uso de mão-de-obra escrava é, segundo Telles (1994), um dos fatores que postergaram o atraso no setor de construção civil e impossibilitaram seu desenvolvimento, pois tornava o trabalho uma atividade desprezível e desestimulava qualquer inovação técnica, devido à mão-de-obra abundante e aparentemente gratuita.

Nos anos seguintes, a partir de 1625, segundo Telles (1984), observa-se um significativo aumento na utilização de técnicas com pedra e cal nas construções, mesmo nas construções particulares (ressalta-se que a utilização de pedra e cal era feita em habitações mais sofisticadas). Ainda assim, estas casas eram construídas pelo próprio morador com auxílio de vizinhos e amigos, de forma artesanal e sem nenhum plano formal.

De uma forma geral, o período anterior a 1930, principalmente no intervalo que compreende ao Brasil-colônia, a atividade construtiva apresentou poucas modificações e destinava-se, em geral, a execução de edificações residenciais, em propriedades rurais e urbanas, sendo estas edificações caracterizadas por em suas plantas e técnicas construtivas (Farah, 1992). Além disso, neste período, a atividade construtiva ficou a cargo da iniciativa privada, não havendo no país iniciativas por parte do Estado na promoção de habitações e ou estímulos ao setor de construção civil.

3.1.2 Origens do mercado de construção no Brasil

A partir de meados do século XIX, em especial após o início da substituição da mão-de-obra escrava por assalariada resultante da abolição da escravatura e início da industrialização no Brasil, a construção civil observa seus primeiros (efetivos) progressos técnicos. Esta fase progressista do setor resultou da expansão da economia cafeeira, a qual incorporou mão-de-obra assalariada e estimulou a industrialização no país.

A expansão cafeeira gerou uma demanda por obras de infraestrutura para o escoamento da produção e por mão-de-obra. Esta última, atendida, sobretudo por imigrantes europeus, desencadeou um aumento na procura por moradias, resultando, por fim, no aumento significativo do número de cidades e de concentrações urbanas, como afirma COSTA (*et al*, 2014, p.13),

O fim da escravidão fez com que milhares de negros fossem expulsos dos campos e migrassem para a cidade para buscar moradias, trabalhos e conforto. Ao mesmo tempo, imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar no campo e também na indústria brasileira que estava na fase inicial. Esses fatores provocaram o aumento da população nas cidades, fato que acarretou uma demanda por habitação, transporte e demais serviços urbanos, até então inédita.

Este aumento das concentrações urbanas, intensificação da urbanização, foi resultado, segundo DEÁK (1999, p.15), de processos que se iniciaram ainda em 1850.

Logo em 1850 duas medidas fundamentais foram tomadas: a promulgação da *Lei das Terras* e a supressão de fato da importação de escravos. A primeira preparava a condição institucional da existência do trabalho 'livre', isto é, do trabalho assalariado: transformando a terra em propriedade privada, priva o trabalhador de seu meio de sobrevivência e que assim, para viver, é obrigado a vender sua força de trabalho e por seu preço – o salário – comprar seus próprios meios de sustento no mercado. A segunda medida livrava a nova relação de trabalho – o assalariamento – da competição da escravidão e com isso, acelerava sobremaneira a transição dessa para aquela.

Estas medidas foram importantes porque, como afirma Amorim (2011, p.88), “a produção e a produção excedente são baseadas em trabalho assalariado, a força de trabalho se expande e com ela, assimetricamente também os níveis salariais, resultando numa expansão correspondente do mercado interno”. Os desdobramentos dessas transformações na estrutura social do trabalho tiveram efeitos mais perceptíveis sobre o setor de construção civil a partir da década de 1930, quando o Estado passa a exercer um papel preponderante na formação e consolidação do mercado de construção civil no Brasil.

A expansão do mercado interno, oriunda das transformações e desenvolvimentos da divisão social e territorial do trabalho, levou a fortes alterações em três setores da construção civil: edificações; infraestrutura urbana; e construção pesada.

Em virtude de uma “demanda mais exigente”, o setor de edificações foi pressionado a modificar e modernizar suas técnicas e materiais de construção. A expansão cafeeira produziu excedentes comerciais que puderam ser reinvestidos em setores industriais, isto, por sua vez, levou a expansão do segmento de classe mais abastada (que demandava melhores habitações), a qual, juntamente com os novos assalariados, que desprovidos de qualquer outra mercadoria senão a força de trabalho tinha que produzir seus meios de subsistência, incluindo a habitação (demandando uma quantidade maior de habitações). Já a infraestrutura urbana, em virtude do processo de expansão da urbanização, foi impulsionada a incorporar melhorias a fim de responder ao aumento das populações urbanas e suas exigências. A construção pesada, por sua vez, tinha que dar respostas à nova realidade econômica do país, tendo em vista que a expansão cafeeira exigia melhorias para escoação da produção (ATHAYDE, 1996).

A atuação do Estado no mercado de construção, a partir de 1930, se mostrou necessária devido ao crescimento do movimento de urbanização no país. A construção, comercialização e financiamento às habitações outrora deixadas a cargo da iniciativa privada passavam a conviver com a atuação estatal, a qual buscava viabilizar o acesso à casa própria. Assim, os efeitos contraproducentes resultantes da estagnação da economia cafeeira foram compensados pela ampliação do poder regulatório do Estado voltado ao mercado habitacional e seus consequentes estímulos ao setor. Segundo CARRIELO FILHO (2011, p.75),

A intervenção estatal na área da habitação popular logo mostrou-se necessária, pois o crescimento das cidades e de sua população, componente necessário do incremento do projeto de industrialização e modernização, não comportava mais a postura dos governos da Primeira República de distanciamento diante da questão.

Segundo Gomes (2014, p.15), “o início do governo Vargas marca uma mudança significativa no tratamento da questão habitacional no Brasil” tendo em vista que a “iniciativa privada era incapaz de enfrentar o problema [decorrente do crescimento populacional na cidade], tornando inevitável a intervenção do Estado” (Bonduki, 1999, p.78). A atuação do Estado no mercado habitacional “foi condicionada pela política geral de Vargas de apoiar seu programa de desenvolvimento” (Cariello Filho, 2011, p.75) que levou a questão habitacional a se tornar uma condição necessária para o sucesso do projeto de desenvolvimento

socioeconômico em que o “Estado passou a intervir diretamente na promoção da industrialização” (BORGES, 2013, p.3).

As interferências estatais nas questões relativas às moradias, observando o acesso dos trabalhadores urbanos a estas como condição necessária do projeto de industrialização, justificavam-se porque, como afirma Amorim (2011, p.89), quando a “industrialização começa a ser o motor da expansão capitalista, ela tem que ser simultânea e fundamentalmente urbana, porque não poderia se apoiar numa pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas”.

Uma das primeiras ações estatais no campo habitacional que produziu estímulos à construção civil foi a instituição do financiamento, através dos Institutos de Aposentadoria e Pensão - IAPs, de casas populares e edificações destinadas ao aluguel. Esta ação visava favorecer, principalmente, os trabalhadores inseridos nas atividades industriais. Isto porque, os proprietários de imóveis cobravam altos aluguéis, os quais corroíam os salários dos trabalhadores, deixando-os em condições precárias (Motta, 2010). Estes trabalhadores industriais elevaram a demanda por moradias nos centros urbanos, obtendo resposta na atuação do Estado. As pressões da demanda caracterizaram a década de 1930 como um período de “grande diversificação da demanda, tanto para edifícios industriais, comerciais e também para diferentes modalidades de habitação, destacando-se a proliferação dos cortiços e vilas operárias com vistas à locação” (FARAH, 1992, p.72).

Ao final da década de 1930, com a instituição do Estado Novo, em 1937, o Estado passa a tratar os problemas habitacionais como uma questão político-social. O Estado Novo era a “materialização” de um objeto político do Governo Vargas para manter-se no poder. Através dele e de suas atuações para proporcionar o acesso à casa própria à classe trabalhadora, bradava-se a ideia de que o Estado era protetor da classe trabalhadora e que o trabalho árduo gerava frutos (a casa própria).

A Constituição de 1937, que instituiu o Estado Novo, dava atenção toda especial à família, determinando, no artigo 124, que ela estaria “sob proteção do Estado”. A associação entre família e habitação fez da questão habitacional uma pedra angular da política estatal, sobretudo entre os trabalhadores urbanos (BONDUKI, 1999, pp. 84-85).

Na década seguinte, de 1940, o Estado continua demonstrando, por um lado, seu poder regulatório sobre o espaço urbano com a instituição da Lei do inquilinato, em 1942, e, por outro, seu poder de determinação sobre os usuários do espaço urbano com a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), em 1946. O objetivo da Lei do Inquilinato era reduzir a precarização das moradias dos trabalhadores através do congelamento dos preços dos aluguéis. Já a FCP tinha por objetivo prover financiamento às casas próprias e buscar provisões de serviços de infraestrutura e saneamento básico (Gomes, 2014). Estas ações estatais, juntamente com os impulsos proporcionados pela industrialização, fizeram com que, na década de 1940, a construção civil alcançasse seu auge.

Na década de 40, a construção civil teve seu auge no governo do então presidente do Brasil Getúlio Vargas Dorneles, e este setor foi considerado um dos mais avançados da época. O Brasil era detentor importante da tecnologia do concreto armado. As cidades passaram a crescer vertiginosamente, numa velocidade nunca antes registrada. Vieram os altos edifícios, as pontes quilométricas, o sistema de saneamento básico, as estradas pavimentadas e o metrô (COSTA *et al*, 2014, pp.13-14).

O momento áureo da construção civil foi resultado do forte investimento estatal na promoção da industrialização, que gerou efeitos positivos no desenvolvimento de estrutura para construção civil e militar. A ação estatal nas questões habitacional, como forma de garantir “à população o direito à moradia, o setor da construção civil ganhou grande impulso. Ao assumir a responsabilidade da construção de moradias populares, o setor passou a ter uma importância significativa na geração de empregos” (JORGE, 2015, p.57).

De acordo com Santana (2012, p.57), “esse período representa a consolidação das mudanças que vinham acontecendo desde o início da década de 30, com a demanda crescente do setor de edificações puxada pelo acelerado crescimento urbano”. Essa demanda crescente, resultante das transformações sociopolíticas e econômicas que se acumulavam desde a década anterior, levou o “Estado a intervir e ser o principal incentivador do plano habitacional, tendo a responsabilidade de montar e gerir um sistema de financiamento para fomentar e proporcionar o setor a acabar com o crescente déficit habitacional” (SANTANA, 2012, p.57).

A década de 1950, ao contrário das duas décadas anteriores, recebe uma quantidade menor de incentivos por parte do Estado, com a iniciativa privada

assumindo o protagonismo nas atividades. “De fato, na década de 50, o subsetor de edificações já sofria certo retrocesso em relação ao decênio anterior, com a questão do déficit habitacional se agravando cada vez mais” (Santana, 2012, p.60). Todavia, com a introdução do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, o setor experimentou significativa expansão, principalmente com a execução do projeto de construção de Brasília. “No período do “Milagre Econômico” brasileiro, o caráter economicista das políticas urbanas vigorou. Deu-se ênfase ao problema da habitação que serviu antes como remédio à saúde econômica do país do que para resolver o real déficit habitacional” (HONÓRIO, 2012, p.52).

Da segunda metade da década de 1950 ao início dos anos 1960, o cenário se alterou completamente. Se apesar da redução dos incentivos estatais o setor ainda experimentava crescimento, a partir da segunda metade dos anos 1950, com o crescimento vertiginoso da inflação as atividades de construção civil sofrem profunda retração, que resultou no desemprego de milhares de trabalhadores. Ainda no início da década de 1960, juntamente com a deposição do Governo João Goulart, a FCP, um dos símbolos do governo populista dos anos 30 e 40, era extinta em 1964. Todavia, paralelamente à extinção desta, o regime militar que assumira o poder a partir do golpe de estado punha em prática o Plano Nacional de Habitação – PNH, um dos primeiros grandes planos socioeconômicos desse governo. A partir da execução do PNH e criação do Banco Nacional de Habitação – BNH como seu principal instrumento de atuação, se inicia no país uma nova fase da construção civil com o Estado se consolidando, de fato, como principal demandante e afirmando uma das “características específicas dos grupos capitalistas brasileiros, que era permitir ao Estado a “paternidade” das iniciativas econômicas, a conquista de novos espaços para atendimento das demandas capitalistas” (Oliveira, 2002, p.6). O BNH era o principal instrumento de atuação do Sistema Financeiro de Habitação – SFH para a expansão dos espaços em atendimento as demandas capitalistas.

3.1.3 A habitação no Brasil: o poder do Estado na criação de habitações

A criação do BNH deu-se como resposta do Governo militar aos fracassos dos programas habitacionais lançados pelas políticas estatais anteriores. Se a construção pesada e montagem industrial nas áreas de transporte, mineração, siderurgia e energia observavam certa expansão, o mesmo não ocorria com as

edificações habitacionais, apesar do crescimento da demanda. Assim, a criação do BNH “buscava a produção em massa de unidades habitacionais, proporcionando, desta maneira, condições para a expansão do subsetor edificações e do próprio setor de materiais e componentes” (PETRUCCI Jr, 2010, p.18).

De acordo SANTANA (2012, p.63), na década de 1960,

Para o subsetor de edificações, o principal marco foi a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH), em março de 1964. Essa foi a primeira medida do Governo diretamente ligado ao subsetor de edificações que chegou a surtir efeito, uma vez que as medidas anteriores ou eram voltadas para os subsetores de construção pesada e de montagem industrial, ou não chegaram a se materializar e ter o efeito planejado.

O período iniciado com o PNH representa, assim, a primeira política habitacional no país. A partir dela, a retração que se instalava no setor de construção civil começa a ser revertido, e o mercado começa a mudar com a atuação do BNH oferecendo financiamento de longo prazo para a aquisição de moradias, aquecendo novamente os investimentos para a construção de prédios residenciais e comerciais (Jorge, 2015). Para Amorim (2011, p.92), a atuação do BNH foi notável também na valorização diferencial do solo urbano, ampliando as diferenças já existentes, reproduzindo e retroalimentando a valorização da terra urbana o que, por sua vez, dificultava ainda mais o acesso pelos segmentos socioeconômicos de baixa renda ao mercado formal da habitação.

Por se tratar de um sistema, o SFH (responsável por normatizar o PNH), outros órgãos e instituições, além do BNH, foram criados com o objetivo de gerar maiores facilidades e conceder vantagens aos demandantes de habitação de baixa renda, em comparação àqueles de renda mais elevadas, através do desenvolvimento do crédito e da atividade imobiliária no país. Dentre estas instituições ‘suplentes’, destacam-se as Companhias de Crédito Imobiliário, o Serviço de Habitação e Urbanismo e as Companhias Habitacionais.

Apesar das instituições auxiliares, o protagonismo da política habitacional era desempenhado pelo BNH. Cabia a este a estruturação de um ambiente favorável ao fornecimento de recursos ao financiamento da aquisição e construção imobiliária, especialmente para aos setores da classe média e baixa da população como forma de reverter o quadro de crescente desigualdade, marginalização e déficit

habitacional que geravam descontentamento da população (Assumpção Filho, 2011). Diante da consolidação da demanda por moradias nas metrópoles, tais desigualdades e descontentamentos se expressavam e eram intensificados pela exclusão dos trabalhadores do mercado imobiliário, sendo estes obrigados a buscar nas favelas em expansão suas formas e espaços de moradia. Assim, os “padrões modernos de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de parcelamento do solo, código de obras, entre outros, conviviam com a gigantesca cidade ilegal das favelas” (MORAIS, 2011, p.24).

De acordo com Melo (1988), a política habitacional do regime militar deve ser entendida a partir da aceitação da existência de coalizões em torno de um complexo processo, no qual os projetos políticos e as estratégias das classes dominantes assumem expressões organizacionais na busca pela manutenção da hegemonia através da mediação de interesses. Nesse contexto complexo, os interesses das indústrias de construção civil e edificações passam a desempenhar um papel crucial no processo decisório de formação da política de habitação durante o regime. Assim, este setor que ficara marginalizado, em detrimento da construção pesada, passa a apresentar perspectivas econômicas promissoras que, se catalisado e elencado os seguimentos de alta, média e baixa renda poderia possibilitar o desenvolvimento da acumulação de capital no setor industrial da construção civil, bem a ampliação da base de exploração e da criação de empregos (AMORIM, 2011, p.98).

De acordo com Motta (2010), a política de habitação do período militar centrava-se na produção de moradias e obras de infraestrutura para produzir uma cidade legal ou formal. Para materializar essa concepção política, o BNH, enquanto principal órgão da política habitacional deveria “orientar, disciplinar e controlar o SFH, para promover a construção e a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menor renda” (Azevedo e Andrade, 1982, p. 61). Apesar das atribuições bem definidas, as atuações do SFH e do BNH não foram lineares ao longo dos seus vinte e dois anos de existência (o caso do BNH), podendo ser divididas em três fases, segundo Silva (2013) e Motta (2010): fase de estruturação (de 1964-1967) com a implantação e expansão do BNH e das Companhias de Habitação Popular (COHABs) associado a uma escassez de recursos que impossibilitaram a efetiva ação da política; fase de execução da política (de 1967-

1971) com utilização de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) resultando em um aumento significativo do número de financiamentos habitacionais destinados ao mercado popular; o apogeu e decadência do BNH (de 1971-1986) caracterizada pela reestruturação e pelo revigoramento das COHABs, com aumento do número de moradias produzidas, a grande maioria destinada à classe média (Motta, 2010). A utilização do FGTS possibilitou que a expansão do BNH em sua última fase de atuação. Paralelamente a isso, o BNH foi transformado em banco de depósitos, mudando a escala de recursos e de suas responsabilidades, o que possibilitou a elevação dos financiamentos para mais do que o dobro a partir de 1968.

No que se refere especificamente à construção de habitações, a forte atuação do Estado resultou em expansão da demanda por novas unidades habitacionais. Um dos efeitos da pressão da demanda se repercutiu, em 1978, sobre a legislação trabalhista com a aprovação das Normas Regulamentadoras - NR - da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Isto porque a demanda estatal por moradias fez com que as construtoras passassem, preponderantemente, a edificar prédios financiados pelo regime militar com o intuito de diminuir o déficit de moradia no país, o que tornou o Brasil campeão mundial de acidentes, levando a aprovação das normas (MARTINS, 2013).

Na década de 80, o alto nível de inadimplência nos financiamentos concedidos no âmbito do BNH (devido às altas taxas de inflação que se postergava na economia e dissipavam a capacidade de pagamento dos trabalhadores e as elevadas taxas de desemprego) fez com que a política do regime militar iniciasse uma redução gradativa dos financiamentos habitacionais o que, por sua vez, induziu as construtoras a voltar a comercializar suas unidades habitacionais. Com a redução dos incentivos fiscais, apesar da importância indiscutível do BNH (responsável pelo financiamento de aproximadamente 4,4 milhões de novas unidades habitacionais, das quais 2,4 milhões com recursos do FGTS, para o setor popular, e 1,9 milhões com recursos do SBPE, para a classe média), este não resistiu à crise econômica que assolava o país e, por orientação política do novo Governo, acabou por ser extinto em 1986 (MORAIS, 2011).

Após a extinção do BNH, houve, notadamente, contração no mercado de construção habitacional e edificações. Da mesma forma, no campo da política, os efeitos não foram benéficos. Nos anos que se seguiram, observa-se uma ruptura nas programações de políticas habitacionais. A estrutura político-habitacional que havia sido montada pelo BNH foi extinta com ele e, como resultado disto, inicia-se um processo de dispersão de suas atribuições com inúmeros órgãos passando a desempenhar o papel de gerenciador do SFN, dentre eles: Ministério do Desenvolvimento Urbano, Ministério do Interior, Ministério do Bem-Estar Social, Secretaria Especial de Ação Comunitária, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano e, atualmente, de forma bem definida e gestão uniforme e estruturada da política habitacional, cabe ao Ministério das Cidades as diretrizes para o setor (MORAIS, 2011).

Nos anos seguintes à extinção do BNH, somente em 2003, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, como a criação do Ministério das Cidades, tem-se uma recondução da política habitacional em direção a um padrão uniforme em todo país. Antes disso, houve apenas movimentos esparsos em relação às questões habitacionais, dentre estes movimentos: a instituição de diretrizes para o desenvolvimento habitacional como competência da União pela Constituição Federal de 1988; o Plano de Ação Imediata para a Habitação – PAIH durante o Governo Collor (1990-1992); os programas Habitar Brasil e Morar Município no Governo Itamar Franco (1992-1994); aprovação do Sistema Financeiro Imobiliário, instituição do Estatuto das Cidades e o Programa de Subsídio à Habitação no Governo Fernando Henrique (1994-2002) (GOMES, 2014).

A partir de 2003, nos governos Lula (2003-2011), tem-se uma série de movimentos no campo habitacional que estimulariam o setor de construção de habitações e desembocariam na maior ação político-habitacional promovida pelo Estado no país: o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009. Estes movimentos passaram pela criação do Conselho Nacional de Habitação, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e instituição do Conselho Gestor do FNHIS. Como consequência desses movimentos, principalmente com o lançamento do PMCMV, se vê novamente estimulado, passando a empregar parcela expressiva da população e apresentar taxas significativas de crescimento. As políticas

habitacionais de produção de moradias deram à construção civil função importante e ativa na dinâmica econômica do modo capitalista de produção e acumulação (Amorim, 2011). Os efeitos do PMCMV são, além de sociais, econômicos, pois seu lançamento, logo após a eclosão da crise financeira mundial de 2008, estimulou o setor de construção civil com os altos volumes de financiamentos concedidos, estimulando um mercado caracterizado por empregar grande quantidade de mão de obra, em especial a não especializada (Furh, 2012). “O PMCMV se estabeleceu como uma proposta anticíclica em resposta à crise que afetou os mercados financeiros e marcou a retomada na produção em larga escala de moradias populares há muito tempo esquecida, desde o BNH” (RONCHI, 2014, p.59).

3.2 A Propriedade como ativo e a faixa de Interesse Social do Setor de Construção Civil

Ao longo das últimas seções foi possível observar que com o desenvolvimento do Estado, das cidades e do mercado financeiro a moradia, que outrora aparecia como valor de uso, sendo construída por aquele que a usaria, passa a ganhar funções mercadológicas, transformando-se numa mercadoria. Este processo deu-se de forma lenta e gradual, tendo como pano de fundo a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, o qual gera as bases para a criação de um mercado de necessidades. Estas necessidades são resultado da criação das propriedades, e estas resultam do papel do Estado-proprietário-legislador, no qual o público e o privado se imiscuem em favorecimento dos interesses dos setores dominantes (BARBOSA, 2005).

De acordo com Amorim (2011), a transformação da terra em uma mercadoria, funcionando como um ativo imobilizado e uma alternativa ao capital constitui um entrave à democratização do acesso a ela, o que estimula a sustentação de um mercado imobiliário especulativo e excludente que posterga a segregação e segmentação socioespacial em nossas cidades, alimentando e realimentando os circuitos de autoconstrução e as práticas de ocupação irregular que se tornaram quase condições de sobrevivência em meio à exclusão das camadas sociais com baixos salários pela institucionalização do mercado imobiliário. A constatação desta inadequação ocupacional é exposta quando, conforme Bonduki (2008) observa-se

que entre 1995 e 1999 a produção informal de moradias, ocupações irregulares, correspondeu a 85% do total de novas habitações produzidas.

As ocupações indevidas supracitadas se apresentam, em geral, na forma de favelas. O indivíduo, inserido no processo de construção de habitações e zonas habitacionais sofisticadas e luxuosas é impossibilitado de usufruir dela, sendo obrigado a viver às margens dessas zonas. Assim, as ocupações na periferia das zonas dotadas de infraestrutura não são uma escolha e sim uma imposição aos segmentos de menor poder aquisitivo em decorrência das dificuldades de acesso à terra e ao crédito pelo mercado habitacional formal (AMORIM, 2011).

O alto preço da terra, ou o preço que a deixa em condições de inacessibilidade aos menores níveis de renda, impele à massa de trabalhadores a necessidade de incorrer em práticas informais. Em parte, estas práticas são resultado da inacessibilidade e, em parte, devido à regulação do uso do solo. Isto porque as regulações beneficiam as políticas porque solucionam um problema de direitos de propriedade. Todavia, seu efeito excludente e seletivo da consolidação dos bolsões de pobreza, segregados das demais áreas urbanas, pode dar lugar a uma segregação socioeconômica ao estabelecer níveis mínimos de preços ao acesso à terra urbana (BIDERMAN, SMOLKA e SANT'ANNA, 2009).

Em suma, o processo crescente de mercantilização da política habitacional e de financeirização do mercado imobiliário provoca efeitos não sobre aqueles que se deveriam atingir, segmentos com menor poder aquisitivo, mas sobre os segmentos capazes de honrar seus contratos, classe média. Os altos índices de inadimplência dos mutuários observados no período BNH são 'afastados' pelas elevadas taxas de juros, que representam uma forma de proteção do capital contra possíveis perdas, uma forma de seleção 'natural', que tem efeitos negativos sobre o déficit habitacional uma vez que as classes mais atingidas pelas necessidades habitacionais não são capazes de arcar com este ônus. A atuação do Estado se mostra presente devido a grande dependência da produção habitacional com relação ao financiamento, um fator que incentiva a segmentação do mercado e fragmentação no/do espaço urbano, visto que os agentes de financiamento têm demonstrado empenho em ampliar a concessão de crédito imobiliário à classe média, uma vez que esta

representa a faixa de interesse social do setor de construção civil, do setor de construção de moradias (SOUSA, 2007; AMORIM, 2011).

4 AS (IN) ALTERAÇÕES NA VIDA DO TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM SÃO LUÍS – MA

Este capítulo tem por objetivo fazer uma avaliação das (in) alterações que a expansão do setor de construção civil provocou na vida dos seus trabalhadores. As (in) alterações aqui apresentadas não correspondem ao total dos desdobramentos ocasionados pela expansão do setor sobre seus trabalhadores. Serão considerados fatores como, por exemplo, *satisfação com o emprego e mudanças nos padrões de vida* (tais como aquisições de bens duráveis e mudança no uso de serviço de educação). Antes, porém, como os trabalhadores participantes da pesquisa atuam na construção de edifícios, far-se-á um breve histórico da verticalização do espaço na capital maranhense seguida dos elementos metodológicos da pesquisa realizada.

4.1 Processo de Verticalização de São Luís

Antes de tratar do processo de verticalização propriamente dito em São Luís, cabe aqui tecer alguns comentários sobre a formação e urbanização da capital maranhense.

Nascida durante o período colonial, no século XVII, São Luís – MA foi fundada pelos franceses, em 1612, e logo em seguida, 1615, tomada pelos portugueses. A tomada de São Luís resultou de uma estratégia portuguesa de reproduzir, ampliar e acumular capital através de suas colônias. Estratégia esta expressa pela inserção de culturas agrícolas voltadas ao mercado externo e incontáveis expedições em busca de ouro e prata.

Nos dois séculos seguintes, mais precisamente a partir da segunda metade do século XVIII, o Maranhão experimenta seu auge econômico colhendo os louros da valorização internacional do algodão, principal produto da pauta de exportação à época. A acumulação de excedentes desse período possibilitou a formação de uma arquitetura imponente no centro histórico da cidade e um surto de industrialização, na segunda metade do século XIX, com a instalação de fábricas de fiação de tecidos, principalmente, em São Luís (SANTOS, 2013).

O século seguinte, século XX, tem seu início marcado pela estagnação econômica. As intervenções governamentais em São Luís, até a metade do século,

tinham objetivos muito mais urbanísticos do que econômicos. Isto se evidenciava a partir do Plano de Remodelação da Cidade, chefiado pelo Interventor Federal Paulo Martins de Sousa Ramos (este tinha por objetivo orientar atividades para o bem-estar da população do estado através da melhoria dos serviços públicos). Com o Plano buscava-se tornar a cidade “mais agradável, mais bela”.

A partir de 1950 (principalmente a partir de 1970) a cidade de São Luís apresenta certa expansão econômica, urbana e demográfica. Tais expansões foram resultado do projeto nacional implantado pelo regime militar. Ações como o Projeto Grande Carajás resultaram na instalação de grandes empresas em São Luís, como o Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) e a Vale. Além disso, os investimentos do SFH em São Luís possibilitaram a construção de 2.438 unidades habitacionais, formando a COHAB-MA, composta por três conjuntos habitacionais que contribuíram para estas expansões.

Os crescimentos urbano e demográfico resultantes dessas ações (dada necessidade de um contingente populacional maior para atender as demandas da expansão do capital) se expressaram, segundo Santos (2013), em avanços de São Luís em direção ao município vizinho de São José de Ribamar, às áreas de Proteção Ambiental, às Zonas Rurais e Industriais e, principalmente, aumento do fluxo de pessoas do interior para a capital.

No que se refere ao processo de verticalização propriamente dito, este corresponde à construção destinada à residência ou concentração de escritórios, composta de vários pavimentos, capaz de revolucionar a paisagem urbana (Santos, 2010), mas não é “decorrente apenas da demanda por habitações, mas de uma rede de relações econômicas, sociais, técnicas que se entrelaçam criando novas paisagens na cidade” (Silva, 2008, p.16). Verticalizar é multiplicar o solo urbano, o que, com certeza, é responsável por alterações morfológicas amplas na paisagem das cidades (SOMEKH, 1987).

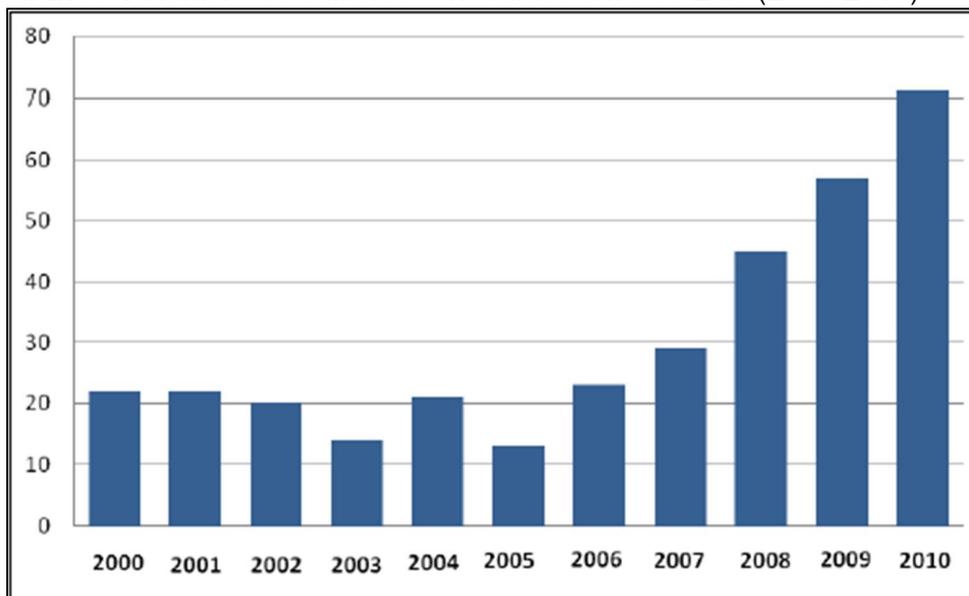
Verticalizar significa criar novos solos, sobrepostos, lugares de vida dispostos em andares múltiplos, possibilitando, pois, o abrigo, em local determinado, de maiores contingentes populacionais do que seria possível admitir em habitações horizontais e, por conseguinte valorizar e revalorizar estas áreas urbanas pelo aumento potencial de aproveitamento (RAMIREZ, 1997, p.5).

Assim, a verticalização está intimamente relacionada ao processo de urbanização (à medida que a urbanização aumenta o contingente populacional) e produção do espaço, às novas formas tecnológicas e aperfeiçoamentos que foram conhecidas no período pós-guerra, à reprodução do capital e às metamorfoses espaciais da cidade, uma vez que, com o crescimento acelerado das cidades, viram na verticalização a solução para a multiplicação do solo, bem como para a realização de demais fins, como a realização da acumulação e reprodução do capital nas cidades (PINHEIRO, 2011; SANTOS, 2010).

Em conformidade ao supracitado, Harvey (2011) afirma que a urbanização (e a verticalização) são formas de absorção do capital. Em São Luís está afirmação se mostrou verdadeira, no sentido de que vultosos investimentos foram feitos no setor de construção civil a partir da década de 1990 (principalmente na primeira década do século XXI) na cidade, dos quais partes se destinaram ao setor de habitações verticais em determinadas áreas da cidade, como Calhau, Ponta D'areia, Olho D'água, Ponta do Farol, Altos do Calhau, Renascença, entre outros.

A intensa verticalização de São Luís a partir da primeira década do século XXI favoreceu de modo rentável alguns agentes produtores do espaço urbano, como as incorporadoras e construtoras. O aquecimento do mercado imobiliário e a intensificação do processo de verticalização na capital maranhense pode ser observado a partir do gráfico 1, que apresenta a evolução do número de edifícios construídos na cidade entre 2000 e 2010.

Gráfico 1 Número de edifícios construídos em São Luís (2000-2010)



Fonte: SÃO LUÍS/INCID/SEMURH, 2012 *apud* SANTOS (2013, p.70).

A intensificação da verticalização aponta para um aumento da absorção do capital na produção do espaço urbano na capital maranhense. Esta absorção maior é expressa pela atuação das incorporadoras, que se dedicam à construção de edifícios verticais como forma de multiplicar o solo urbano e torna-lo mais valorizado. A verticalização surge, pois, como a evolução dos loteamentos às incorporadoras e construtoras, à medida que possibilita, em um espaço horizontal menor, o abrigo de um número maior (número de pavimentos) de unidades de valorização.

Um aspecto importante neste processo é que a expansão da absorção do capital e ampliação do capital pelo aumento no número de edifícios construídos requer um elemento essencial para que seja executado: o trabalho, pois necessita de trabalhadores (e de um número maior de trabalhadores) para que os edifícios sejam erguidos. Nesse sentido, à medida que a verticalização promove mudanças na sociedade, com significativos impactos nas classes sociais e na economia da cidade, uma vez que gera migrações internas e segregação urbana (Silva, 2008, p.17), a pesquisa apresentada nas subseções seguintes busca apresentar as (in) alterações na vida do trabalhador da construção civil resultantes do aumento da demanda por trabalhadores no setor pela intensificação do processo de verticalização em São Luís, a partir da percepção do próprio trabalhador.

4.2 Pesquisa de Campo: aspectos metodológicos

Os dados aqui apresentados, em relação às (in) alterações na vida do trabalhador da construção civil, fazem parte de uma amostra de 30 relatórios (questionários) colhida junto aos trabalhadores da construção civil em 8 canteiros de obras, instalados na capital maranhense, destinados à construção de edifícios de andares múltiplos. Assim, de acordo com Gil (2002), podemos classificar a pesquisa como exploratório-descritiva, tendo em vista que:

As pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, assumindo a forma de estudo de caso. [Já] as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002, pp.41-42).

Trata-se de uma pesquisa dividida em três eixos. O primeiro eixo destina-se à caracterização da amostra e leva em consideração aspectos como idade, sexo, escolaridade e função do entrevistado. O segundo eixo destina-se às condições do trabalho e leva em consideração aspectos como nível de satisfação e transtornos gerados pelo trabalho. Por fim, no terceiro eixo, busca-se verificar a percepção dos trabalhadores com o que o trabalho lhes proporcionou, levando em conta aspectos como aquisições de bens duráveis e mudança no uso de serviços básicos. Além destes aspectos, outras perguntas também fazem parte do questionário aplicado, possibilitando extrair informações, a partir do mesmo, que auxiliem o cumprimento dos objetivos deste trabalho.

A pesquisa acima mencionada foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2016, tendo como público-alvo os trabalhadores do setor de construção civil. A pesquisa contou com a autorização das construtoras responsáveis pelos canteiros de obras e foi executada por meio de abordagens diretas, onde os trabalhadores destes foram convidados a responder um questionário aplicado pelo autor desta monografia.

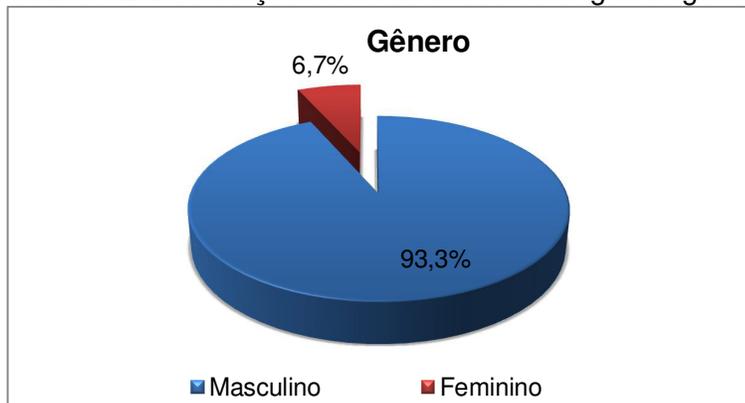
4.3 O Trabalhador da Construção Civil: resultados da pesquisa

Posto os aspectos iniciais do processo de formação da capital maranhense, bem como do movimento de verticalização da mesma, ao longo desta seção far-se-á a exposição e avaliação dos dados da pesquisa empreendida neste trabalho a fim de verificar a percepção dos trabalhadores acerca das (in) alterações em suas condições de vida em decorrência da expansão do setor de construção civil em São Luís. Para tanto, parte-se do perfil da amostra até se chegar à percepção desta em relação ao seu trabalho.

4.3.1 Caracterização da amostra

O ritmo de crescimento demográfico, aliado ao crescimento da demanda habitacional e por unidades comerciais intensifica a procura por trabalhadores para os canteiros de obras – em todas as funções. Esta procura adicional poderia resultar em uma maior inserção das mulheres no quadro de trabalhadores deste setor, mas como afirma Martins (2013), a construção civil é de fato um setor bem masculino, de tal forma que a participação feminina ainda é discreta, talvez por se tratar de um trabalho pesado e desgastante, a preferência por mulheres ainda está nas áreas administrativas, técnicos de segurança do trabalho, de limpeza e acabamentos, como pinturas e a colocação de revestimentos. Os dados coletados comprovam esta preferência por homens na construção civil, como é possível observar pelo gráfico 2 que apresenta a distribuição dos trabalhadores entrevistados segundo o gênero.

Gráfico 2 Distribuição dos trabalhadores segundo gênero



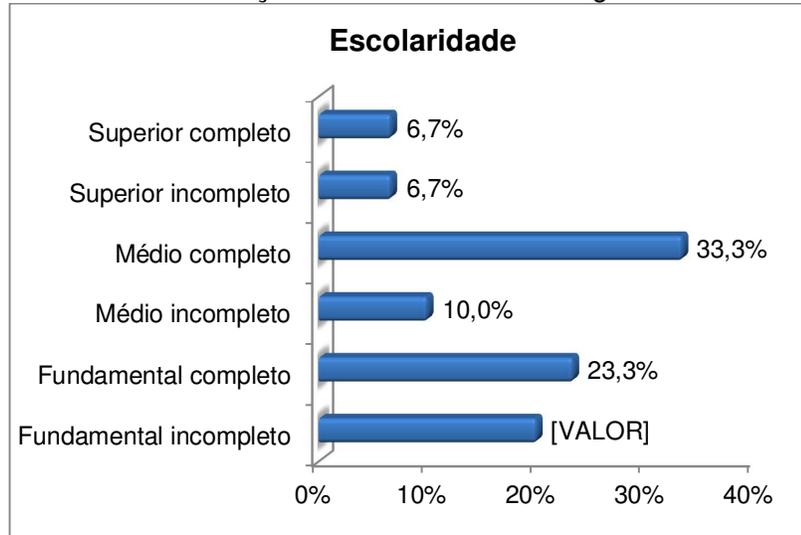
Fonte: elaboração própria.

De acordo com o gráfico 2, há predominância de trabalhadores do sexo masculino atuando nos canteiros de obras pesquisados.

Do total de trabalhadores entrevistados, apenas 6,7% é formado por mulheres, enquanto que 93,3% são homens. Como salientado, um dos fatores que pode indicar uma explicação à esta *preferência* é o caráter “braçal” das atividades, constituindo um mecanismo de seleção em desfavor das mulheres.

O caráter “braçal” das atividades resulta em uma quantidade majoritária de trabalhadores do setor atuando no *chão* dos canteiros, enquanto que pequena parcela dos trabalhadores vinculados à construção de conjuntos habitacionais e/ou prédios comerciais é responsável pela elaboração e supervisão técnica destas obras. Esta divisão de funções entre “braçais” e “técnicos” se traduz e expressa uma outra diferenciação: o grau de instrução dos trabalhadores. Nesse sentido, o gráfico 3 apresenta a distribuição dos trabalhadores segundo o grau de escolaridade dos mesmos.

Gráfico 3 Distribuição dos trabalhadores segundo escolaridade



Fonte: elaboração própria.

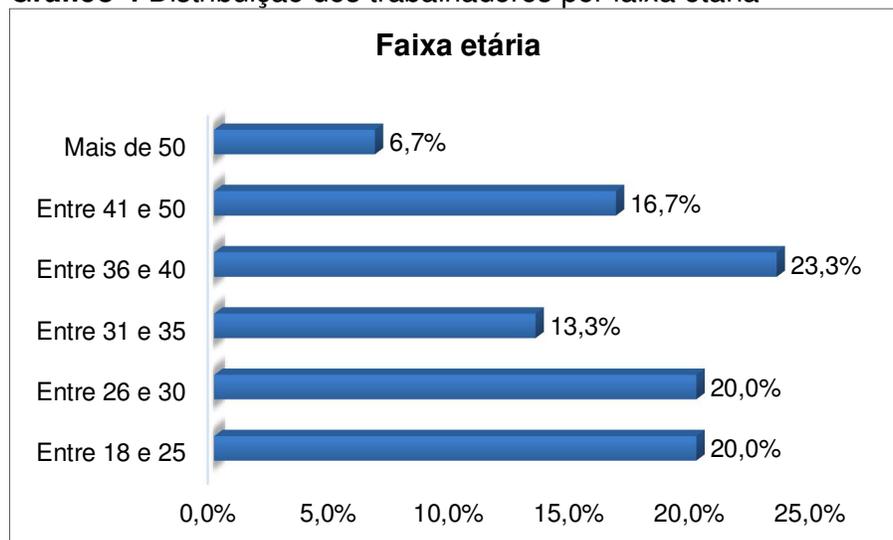
Pelo gráfico 3 é possível perceber que, em função do aspecto maciçamente braçal das atividades nos canteiros de construções, há predominância de trabalhadores com baixo grau de escolaridade atuando nos canteiros de obras pesquisados.

De acordo com o gráfico 3, do total de trabalhadores entrevistados apenas 13,4% está em um nível de escolaridade superior ao médio completo. Isto é, possuem superior incompleto (6,7%) ou completo (6,7%). Isto é resultado da necessidade de um número menor de pessoas para a supervisão do que para a operação (execução).

No que se refere aos trabalhadores com menor grau de escolaridade, estes correspondem a 53,3% dos trabalhadores entrevistados. De forma individual, considerando cada um dos níveis de escolaridade, estes 53,3% estão distribuídos em *fundamental incompleto* (20%), *fundamental completo* (23,3%) e *médio incompleto* (10%). Aqueles que possuem *médio completo* correspondem à maioria dos entrevistados (33,3%), comparativamente a cada um dos níveis de escolaridade considerados.

A julgar pela mudança de percepção que vem ocorrendo nos últimos anos, por parte dos trabalhadores das novas gerações, quanto a importância da educação e da escolaridade para as questões profissionais, observar um número considerável (em termos percentuais) de indivíduos atuando com baixo nível de escolaridade leva-nos, de imediato, ao questionamento quanto à idade média daqueles que atuam nas construções habitacionais/comerciais. Nesse sentido, o gráfico 4 apresenta a distribuição dos trabalhadores por intervalo etário.

Gráfico 4 Distribuição dos trabalhadores por faixa etária



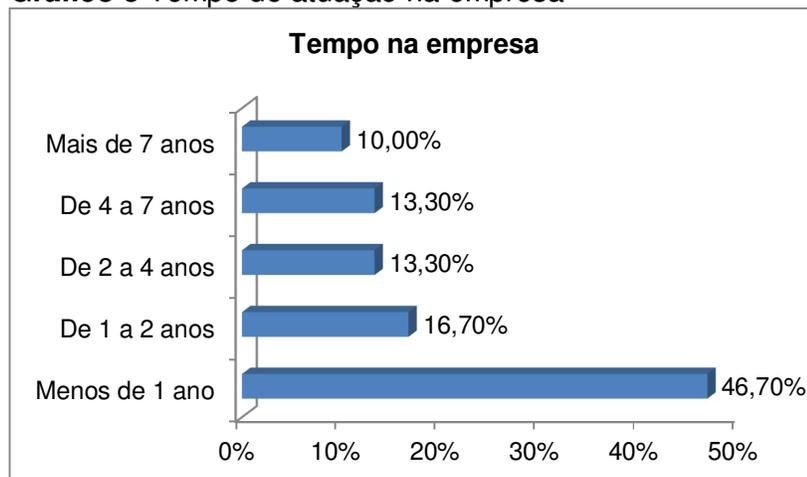
Fonte: elaboração própria.

Segundo os dados do gráfico 4, os trabalhadores entrevistados ao longo desta pesquisa possuem, majoritariamente, idade igual ou superior a 31 anos, sendo que o total destes corresponde a 60% dos entrevistados. De forma individual, os trabalhadores com maior idade estão distribuídos em 13,3% entre 31 e 35 anos; 23,3% entre 36 e 40 anos (o maior percentual comparativamente a todas as faixas etárias consideradas); 16,7% entre 41 e 50 anos; e 6,7% acima de 50 anos.

Já no que se refere aos trabalhadores com menor nível de idade, estes correspondem a 40% dos trabalhadores entrevistados, estando 20% situado entre os 18 e 25 anos e 20% entre os 26 e 30 anos.

Um maior nível de idade pode-nos fazer pensar que estes atuam há bastante tempo na empresa. Isto é, a faixa etária elevada pode levar a intuir que os trabalhadores atuam há tempos na empresa. A este respeito, o gráfico 5 apresenta a distribuição dos trabalhadores segundo seus intervalos de atuação na empresa.

Gráfico 5 Tempo de atuação na empresa



Fonte: elaboração própria.

Como pode ser observado no gráfico 5, a composição de um grupo de trabalhadores com faixa etária relativamente elevada nas empresas não corresponde a um grupo de trabalhadores atuando há anos na empresa.

Observa-se, pelo gráfico 5, que, na maioria, os trabalhadores entrevistados estão atuando nas empresas há menos de um ano (46,7%). Os demais trabalhadores informaram que atuam nas suas respectivas empresas entre 1 e 2

anos (16,7%); 2 a 4 anos (13,3%); 4 a 7 anos (13,3%); e 10% atuam mais de 7 anos na mesma empresa.

Um tempo pequeno de atuação nas respectivas empresas está estreitamente relacionado ao nível de escolaridade dos trabalhadores. Isto porque, como se viu, estes, na maioria, não possuem grau elevado de escolaridade o que contribui para que estes possam ser facilmente substituídos por outros trabalhadores. Isto é, como o grau de qualificação escolar não constitui requisito relevante para seleção dos funcionários, a substituição destes não constitui obstáculo às empresas, dado o enorme contingente de força de trabalho disponível no estado. Outro fator é o grande número de contratos temporários e/ou por empreitada realizados no setor. Isto é, contrata-se por um determinado período que, em geral, corresponde ao tempo de execução de um projeto de construção e após isso os trabalhadores são dispensados podendo ser recrutados por outras construtoras.

4.3.2 Satisfação no (com o) trabalho

Um dos fatores primordiais para que o trabalhador apresente bons resultados em uma firma é que a empresa lhe ofereça condições satisfatórias para execução de suas atividades. Estas condições vão além dos aspectos técnicos, como, por exemplo, oferecer os instrumentos necessários. Questões como adequação das tarefas à capacidade do trabalhador e respeito às condições de higiene e salubridade também são determinantes. Todos estes aspectos contribuem para formação de um ambiente de trabalho mais agradável. Nessa esteira, o gráfico 6 apresenta a percepção dos trabalhadores segundo a agradabilidade do ambiente de trabalho.

Gráfico 6 Agradabilidade do ambiente de trabalho



Fonte: elaboração própria.

Pelo gráfico 6 é possível perceber que, de forma geral, os trabalhadores mostram-se satisfeitos com o ambiente de trabalho. Isto é, do total de entrevistados, 73,3% declarou considerar o ambiente de trabalho satisfatoriamente agradável. Enquanto 6,7% declaram não haver agradabilidade no ambiente de trabalho. Por fim, 20% declarou que somente as vezes consideram o ambiente de trabalho agradável.

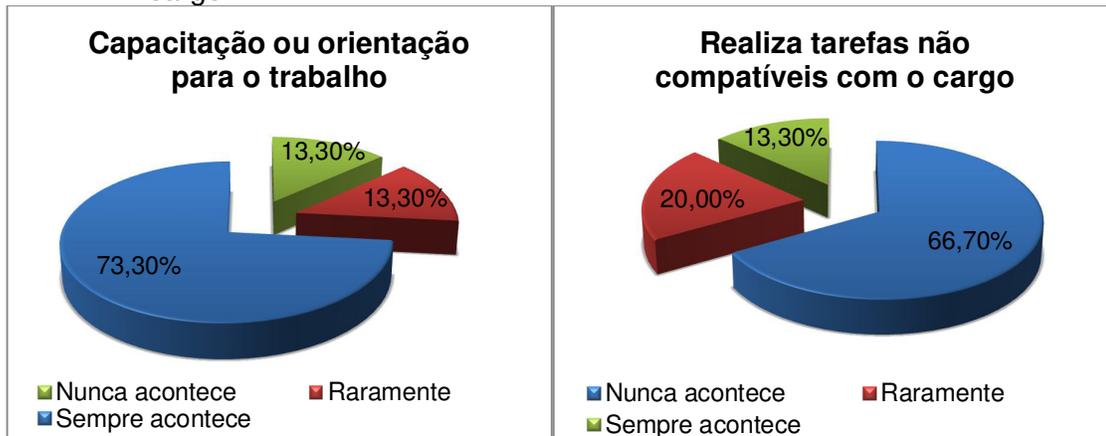
Como aludido, a formação de um ambiente de trabalho agradável depende de fatores diversos. Dentre estes fatores destacam-se as questões relativas a respeito, tanto no que se refere às normas técnicas quanto o respeito de seus companheiros de trabalho; a realização de tarefas compatíveis com a capacitação e a capacitação adicional para elas, quando necessário; a satisfação com as atividades relacionadas e o reconhecimento da empresa no desempenho destas. No que se refere a estes fatores, os gráficos 7, 8 e 9 buscam expressar a percepção dos trabalhadores em relação a eles.

Gráfico 7 Respeito às normas técnicas e pelo "superiores"



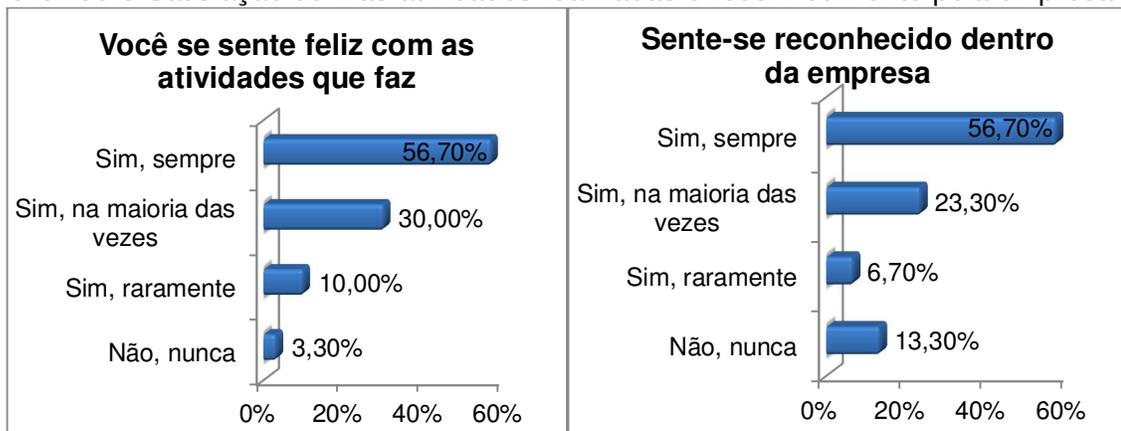
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 8 Capacitação para o trabalho e realização de tarefas compatíveis com o cargo



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 9 Satisfação com as atividades realizadas e reconhecimento pela empresa



Fonte: elaboração própria.

Pelos gráficos 7, 8 e 9 é possível observar que a percepção dos trabalhadores sobre os itens destacados corrobora as indicações destacadas no gráfico 6 sobre um ambiente de trabalho agradável.

De forma individual, observa-se, gráfico 7, que os trabalhadores consideram que a empresa onde laboram respeita as normas de segurança e higiene e que seus superiores imediatos os respeitam enquanto trabalhadores da firma. A este respeito, 53,3% sentem-se *respeitados sempre* por seus superiores e 33,3% *quase sempre* se sentem respeitados. Os 13,3% restantes distribuíram-se entre os que *raramente* (6,7%) e *nunca* (3,3%) se sentem respeitados; ou ainda os que *não possuem opinião* (3,3%) sobre o quesito.

Ainda no gráfico 7, um aspecto importante é implicitamente destacado: a preocupação das empresas a saúde dos trabalhadores. Isto é, o respeito às normas de segurança e de higiene pela empresa. Apesar de alguns entrevistados destacarem a inadequação dos banheiros, instalados sob o sol e com limpeza precária, no quadro geral, a primeira parte do gráfico expressa satisfação com as normas de segurança e higiene, seja *plenamente* (63,3% mostraram-se satisfeitos) ou *às vezes* (23,3%), sendo que apenas 13,3% que a empresa onde trabalha *nunca* respeita as normas de higiene e segurança.

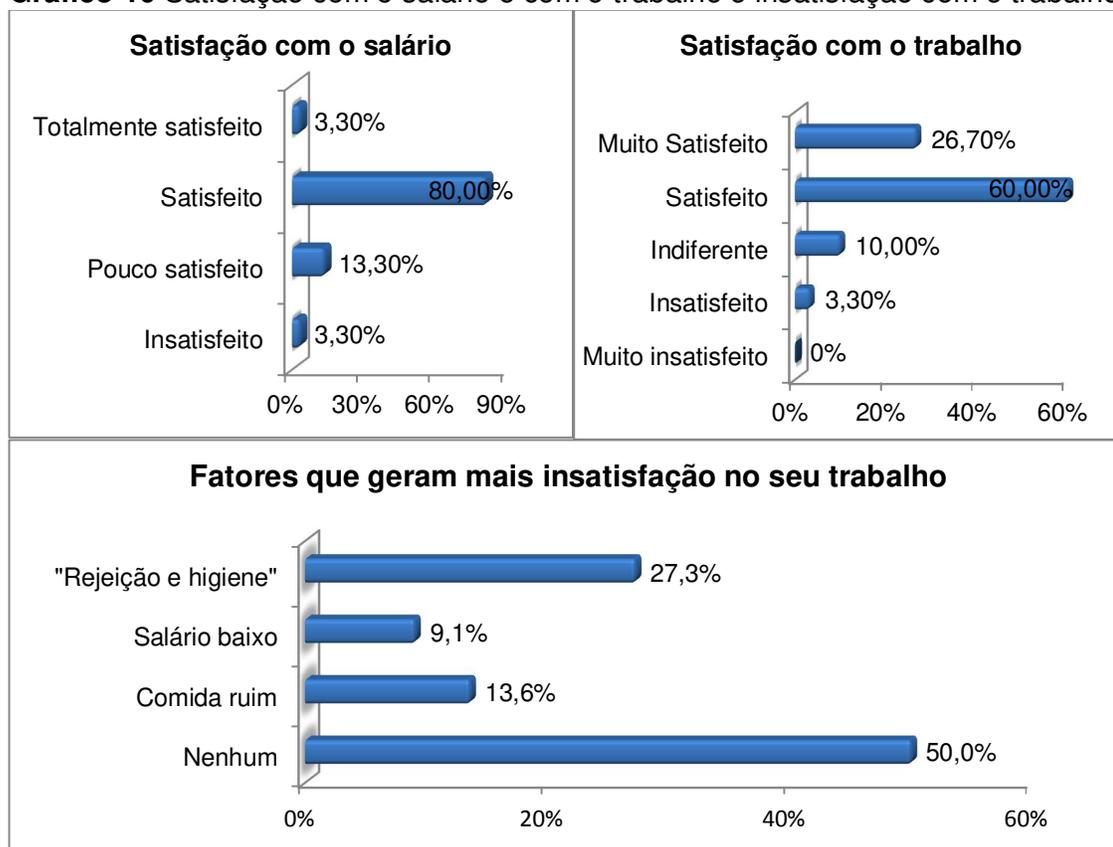
Já no gráfico 8 a satisfação é expressa em termos de recebimento de capacitação ou orientação para realização do trabalho e realização de tarefas compatíveis com o cargo. Em relação a estes aspectos, 73,3% dos trabalhadores informou que *sempre* recebe capacitação ou orientação para execução de suas tarefas e 66,7% *nunca* realizou tarefas incompatíveis com o cargo. Os demais informaram que *raramente* (13,3%) ou nunca recebem capacitação ou orientação e *raramente* (20%) ou *sempre* (13,3%) realiza tarefas incompatíveis com o cargo.

O gráfico 9, por sua vez, expressa a percepção dos trabalhadores quanto a felicidade com a realização das tarefas que executam e o consequente reconhecimento que recebem da empresa com a realização destas. Os dados mostram estreita relação, visto que 56,7% dos entrevistados declarou *estar feliz* com as tarefas que executa e, igualmente, com o reconhecimento que lhe é conferido pela empresa na realização destas. Outros 30% declaram sentir-se felizes *na maioria das vezes* e 23,3% sentir-se reconhecido *na maioria das vezes*. Apenas

3,3% *não se sente feliz* com as tarefas que desempenha e 13,3% *não se sente reconhecido* pela empresa.

Um último aspecto a ser considerado para que se possa pensar na satisfação do trabalhador para com o trabalho de uma forma geral refere-se ao item mais valorizado por estes e o que os leva a oferecer sua mão-de-obra, a recompensa por seus serviços: o salário. A satisfação com o salário é fator fundamental para manter o trabalhador na condição de trabalhador, sem que este gere incomodo à classe empresarial. Nesse sentido, o gráfico 10 apresenta a satisfação do trabalhador com o salário recebido e como isto, aliado aos fatores expressos nos gráficos 6 a 9, se traduz na satisfação geral com o trabalho e, ao mesmo tempo, apresenta os fatores que geram mais insatisfação no trabalho.

Gráfico 10 Satisfação com o salário e com o trabalho e insatisfação com o trabalho



Fonte: elaboração própria.

Pelo gráfico 10 é possível perceber que os trabalhadores se mostram majoritariamente satisfeitos com os salários recebidos; 80% dos entrevistados declarou estar *satisfeito* com os salários recebidos e 3,3% *plenamente satisfeito*,

totalizando 83,3% dos entrevistados em estado de satisfação. Os 16,6% restante declararam estar *pouco satisfeitos* (13,3%) ou *insatisfeitos* (3,3%) com os salários recebidos.

A satisfação com os salários, somada a dos demais fatores apresentados, se traduz em quase a totalidade (86,7%) dos entrevistados satisfeitos com o trabalho. Desconsiderando aqueles que não atribuíram opinião quanto à satisfação com o trabalho (os *indiferentes*, 10%), apenas 3,3% dos entrevistados atribuiu algum grau de insatisfação ao trabalho, declarando-se *insatisfeitos*.

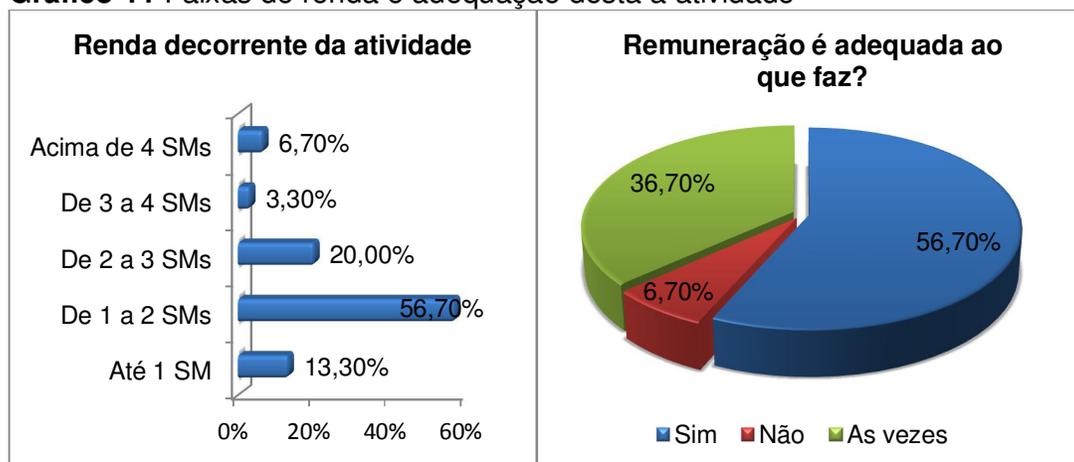
No sentido contrário, a parte inferior do gráfico 10 apresenta os fatores que geram maior nível de insatisfação aos trabalhadores em relação ao seu trabalho. Para a maioria dos trabalhadores não *nenhum* fator que lhes gere insatisfação no trabalho (50%). No entanto, o que se destaca na parte inferior do gráfico é que, em oposição ao que fora informado no gráfico 7, o fator citado como o que gera maior nível de insatisfação foi a *rejeição*³ e a *higiene* (27,3%). Como o gráfico afirma que há respeito às normas de segurança e higiene e que há respeito pelos superiores em relação aos seus subordinados, não era de esperar que estes itens obtivessem percentuais tão elevados. Os demais entrevistados informaram que sua insatisfação maior para com o trabalho decorre do *baixo salário* (9,1%) e da *comida ruim* (13,6%).

4.3.3 O trabalho e a vida do trabalhador

Dadas as circunstâncias pelas quais a economia vem passando nos últimos anos, mostrar-se satisfeito “com” o trabalho, em muitos casos, não traduz a satisfação pelo trabalho, mas muito mais a satisfação por *se ter* um trabalho em meio a um cenário de desemprego crescente. Ainda que reflita a satisfação com o ambiente de trabalho, pode não refletir a satisfação com os ganhos oriundos do trabalho e as possibilidades de aquisição com estes ganhos. Assim sendo, cabe aqui apresentar, como disposto no gráfico 11, as faixas de renda auferidas pelos trabalhadores entrevistados, bem como a percepção destes quanto à adequação da remuneração em relação às tarefas executadas pelos mesmos.

³ Rejeição aqui foi citado pelos entrevistados no sentido de desrespeito dos superiores para com os subordinados.

Gráfico 11 Faixas de renda e adequação desta à atividade



Fonte: elaboração própria.

De acordo com o gráfico 11, nos canteiros de construção habitacional/comercial pesquisados os trabalhadores, majoritariamente (70% dos entrevistados), recebem até dois salários mínimos. De forma individual, 13,3% dos entrevistados declarou receber *até 1 salário mínimo* e 56,7% declarou receber *de 1 a 2 salários mínimos*. Os demais entrevistados informaram que recebem níveis salariais superiores a dois salários mínimos, sendo 20% de *2 a 3 salários mínimos*; 3,3% de *3 a 4 salários mínimos*; e 6,7% *acima de 4 salários mínimos*.

No que se refere à percepção dos trabalhadores em relação a adequação dos níveis salariais às atividades realizadas pelos mesmos, mais da metade destes (56,7%) considera que a remuneração é adequada às atividades que realizam. Outros 36,7% consideram que somente *as vezes* a remuneração é adequada às atividades que realizam e apenas 6,7% não consideram que recebem proventos adequados às atividades que realizam.

Considerando que, na maioria, os trabalhadores recebem até dois salários mínimos, a percepção de adequação salarial momentânea (*as vezes*) pode ser encarada como indicativo de ajustamento dos proventos em relação às despesas. Isto é, em alguns períodos os trabalhadores podem incorrer em gastos mais elevados, de tal forma que a remuneração não seja suficiente para cobrir tais gastos, levando-os, assim, a considerar a remuneração inadequada. Outra interpretação possível pode estar relacionada ao fato de que os trabalhadores podem (e são) destacados à realização de funções variadas dentro da compatibilidade de seus

cargos, de tal forma que algumas podem demandar maior esforço e atenção que outras e, nessas condições, os trabalhadores não percebem como adequada a remuneração que recebem.

Sendo, para a maioria, a remuneração adequada ao que fazem, mesmo estas remunerações não ultrapassando dois salários mínimos para essa “mesma”, maioria é relevante o questionamento sobre a capacidade dessa remuneração em satisfazer as necessidades do trabalhador e possibilitar a ele adquirir os bens/serviços que deseja. Nesse sentido, o gráfico 12 destaca a percepção dos trabalhadores em relação a estas questões.

Gráfico 12 Satisfação das necessidades básicas e aquisição de bens pelo salário



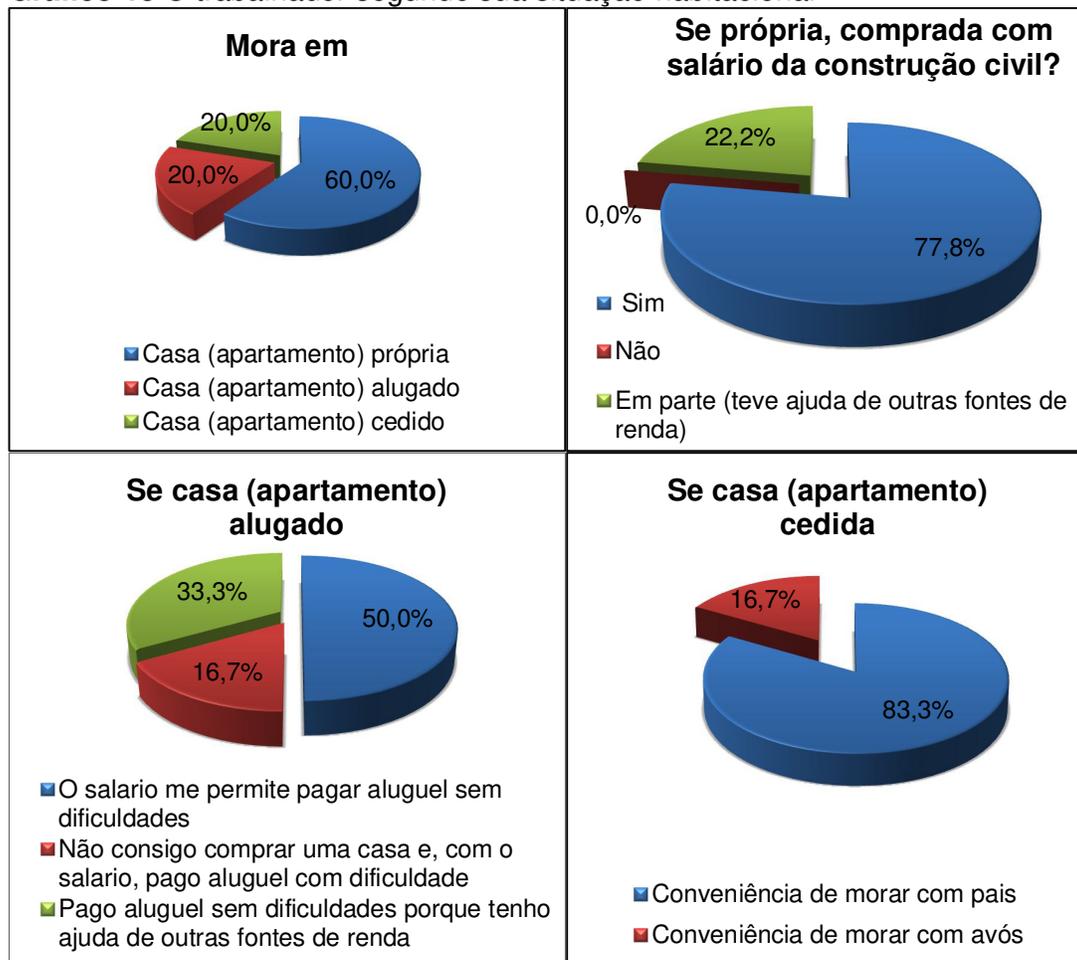
Fonte: elaboração própria.

Pelo gráfico 12 observa-se que para a maioria dos entrevistados o salário tanto *satisfaz as necessidades básicas* (53,3%) quanto *sempre* possibilita a aquisição de itens que a família deseja (50%). Para outros 40%, no entanto, o salário somente *as vezes e/ou quase sempre* se mostra capaz de atender as necessidades básicas e possibilita adquirir os itens desejados pela família.

Quando considerado a impossibilidade de satisfação das necessidades e aquisição de itens desejados, vê-se que alguns entrevistados se encontram nessa situação. Isto é, para 6,7% dos entrevistados o salário não é o suficiente para satisfazer as necessidades básicas e, para 6,6%, também não possibilita adquirir os itens que a família deseja, sendo 3,3% os que o salário *raramente* possibilita adquirir o que desejam e 3,3% os que o salário *nunca* possibilita isto.

A impossibilidade de satisfação das necessidades coloca em questão uma das mais importantes e, de certa forma, contraditória para os entrevistados: a de moradia. A necessidade de moradia, abrigo, constitui, assim como comer e beber, uma necessidade primária para o indivíduo e apresenta, neste contexto, aspectos contraditórios porque os indivíduos tomados aqui para estudo são responsáveis pela construção de prédios comerciais e habitacionais para outros, enquanto que eles próprios podem não dispor de uma habitação. Destarte, o gráfico 13 apresenta a distribuição dos trabalhadores quanto aos aspectos habitacionais, destacando a disposição de habitação própria, bem como a fonte de renda para obtenção da mesma e, em caso de outra situação habitacional, os motivos para encontrar-se nela.

Gráfico 13 O trabalhador segundo sua situação habitacional



Fonte: elaboração própria.

A partir do gráfico 13 é possível observar no quadrante superior esquerdo que os trabalhadores, majoritariamente, possuem habitação própria, seja ela casa ou apartamento. Além destes, existem aqueles que residem em habitações alugadas ou que foram cedidas. Vale ressaltar que, por questões metodológicas, incluiu-se no item cedido aqueles que residem com seus pais ou avós.

Pelo gráfico percebe-se que 60% dos trabalhadores entrevistados possuem *habitação própria*; outros 20% residem em habitações sob a forma de *aluguel*; e 20% em habitações *cedidas*.

No que se refere às fontes de renda e os motivos para encontrarem-se nestas respectivas situações, dos 60% dos trabalhadores que residem em *habitação própria*, 77,8% informou que a habitação foi adquirida com salário oriundo da construção civil. Já 22,2% destes 60% que residem em *habitação própria*, informou que o salário decorrente da construção civil não foi suficiente para adquirir o bem e precisaram de renda complementar oriunda de outras atividades.

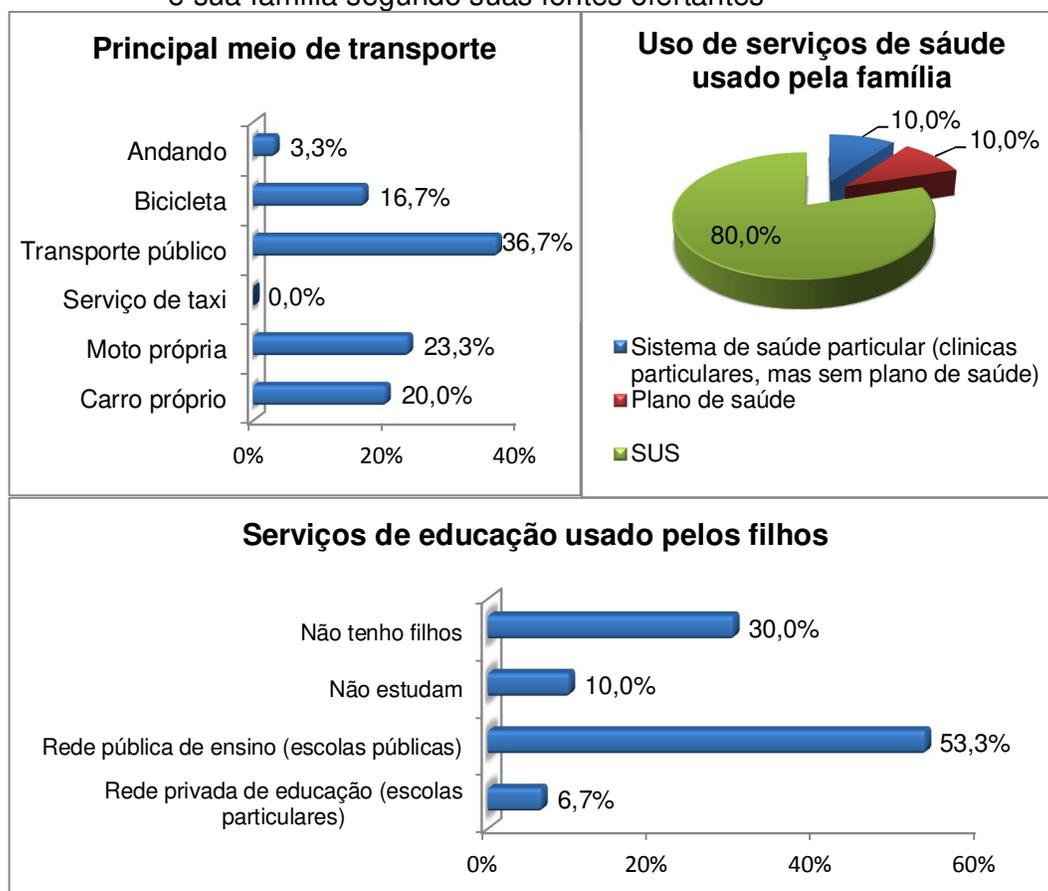
Já dos 20% que informaram residir em habitação alugada, 50% alegou que o salário oriundo da construção civil lhes permite pagar o aluguel *sem* incorrer em *dificuldades*; enquanto que os 50% restantes informou que *não consegue pagar uma casa* e com a renda decorrente da construção civil *paga o aluguel com dificuldades* (20%) ou que conseguem *pagar o aluguel sem dificuldades*, mas porque *contam com rendas adicionais oriundas de outras atividades* (20%).

Por fim, dos 20% que declarou residir em habitação cedida, considerando aqueles que já formaram um novo núcleo familiar e aqueles que ainda pertencem unicamente ao núcleo familiar dos pais/avós, 83,3% informou que reside com os pais e 16,7% informou que reside com os avós. O motivo principal para encontrar-se nesta forma de habitação, tanto para os que moram com os pais quanto para os que moram com os avós é a *conveniência* que esta forma de moradia lhes confere.

Outro aspecto importante relativo ao atendimento das necessidades pelo rendimento auferido corresponde a forma de acesso a serviços básicos, como transporte, saúde e educação. Considerando estes, microeconomicamente, como bens normais (para os quais um nível de renda maior implica demanda por estes serviços de melhor qualidade, ou seja, demanda por empresas e instituições que os

ofereçam com melhor qualidade) e considerando que a oferta privada destes serviços no Brasil tenha melhor qualidade que a oferta pública, a satisfação destas demandas “com melhor qualidade”, dispendo de um salário que lhes permita satisfazer suas necessidades e adquirir os itens que deseja (como informado, gráfico 12), implicaria em utilização maior destes serviços na rede privada. Assim sendo, a fim de observar se isto se traduz de fato em mudança na forma de utilização destes serviços, o gráfico 14 apresenta a utilização de serviços de transporte, saúde e educação pelos trabalhadores segundo seus ofertantes.

Gráfico 14 Utilização de serviços de transporte, saúde e educação pelo trabalhador e sua família segundo suas fontes ofertantes



Fonte: elaboração própria.

Observa-se pelo gráfico 14 que os serviços utilizados pelos trabalhadores da construção civil entrevistados e por sua família são ofertados, principalmente, pelo poder público. Quando observado de forma individual, é possível perceber que 36,7% dos entrevistados utilizam transporte público como principal meio de locomoção; em ordem decrescente, outros 23,3% utilizam moto própria; 20% carro

próprio; 16,7% bicicletas; e 3,3% deslocam-se, principalmente, andando. Deslocar-se de bicicleta e andando mostra-se como uma forma alternativa e menos dispendiosa financeiramente para os trabalhadores, aparecendo, na soma, como a forma principal de locomoção para 20% dos entrevistados.

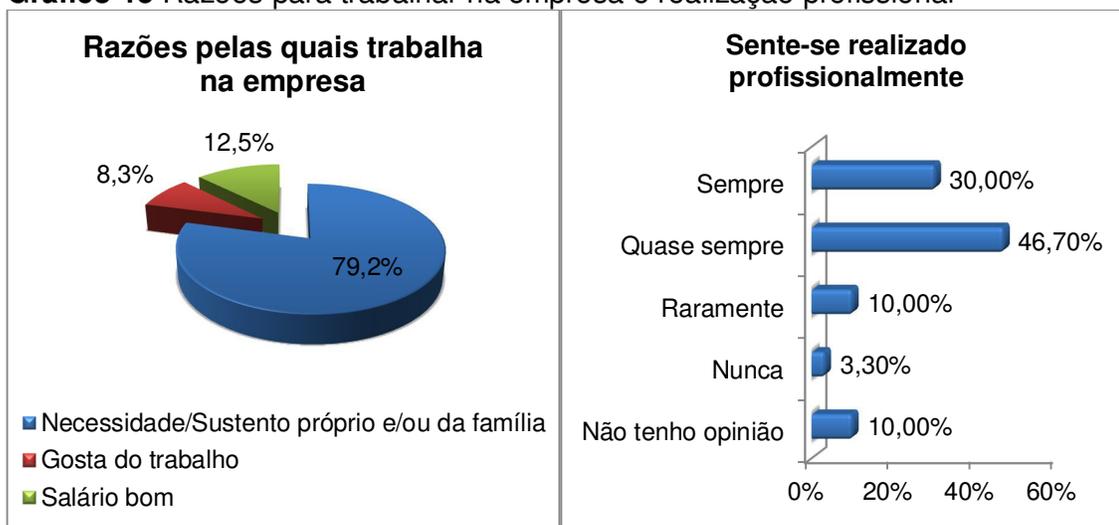
O mesmo ocorre para utilização dos serviços de saúde. Isto é, assim como nos meios de transporte, os serviços de saúde utilizados pelos trabalhadores são, majoritariamente, ofertados pelo poder público.

Para 80% dos entrevistados o acesso aos serviços de saúde se dá na rede pública; os 20% restantes dividem-se entre os que a rede particular de serviços de saúde, mas sem contratar nenhum plano de saúde (10%) e aqueles que utilizam a rede privada de saúde com vinculação de plano de saúde (10%).

No que se refere aos serviços de educação utilizados pelos filhos dos trabalhadores, de acordo com o gráfico 14, estes frequentam, na maioria, escolas públicas (53,3%); os demais informaram que não possuem filhos (30%); os filhos não estudam (10%); ou que utilizam a rede privada de educação (escolas particulares, 6,7%).

Considerando as informações relativas à utilização de serviços básicos (que destacaram a predominância do consumo de serviços públicos em relação ao privado), à situação habitacional dos trabalhadores (com percentual relevante de trabalhadores residindo em habitações alugadas ou cedidas) e à possibilidade de satisfação das necessidades básicas pelo salário recebido (as quais, em percentual relevante, são apenas as vezes satisfeitas), quais seriam as razões que fariam estes mesmos trabalhadores (ora satisfeitos, ora insatisfeitos, ora atendendo suas necessidades, ora não) manter-se vinculados à empresa de construção civil? Com intuito de tentar responder este questionamento e tentar apontar o sentimento do trabalhador em relação a sua realização profissional o gráfico 15 apresenta algumas informações sobre estas questões.

Gráfico 15 Razões para trabalhar na empresa e realização profissional



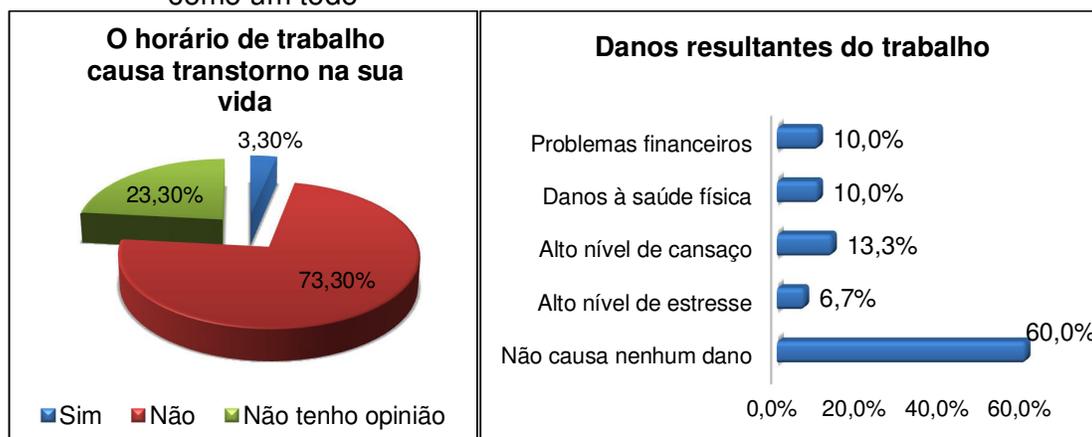
Fonte: elaboração própria.

Pelo gráfico 15 é possível perceber que os trabalhadores se mantêm vinculados à empresa de construção civil, predominantemente, por questões de necessidade/sustento próprio e/ou da família (79,2%). Esta informação é reforçada quando se observa que a *qualidade/nível* da remuneração não constitui um fator relevante para se manter na empresa. Isto é, mesmo considerando a remuneração adequada às atividades que realizam, apenas 12,5% informou que se mantém na empresa por considerar o *salário bom*; outros 8,3% informaram que permanecem na empresa por gostarem do trabalho.

A despeito da manutenção no trabalho constituir para a maioria uma necessidade *do sustento*, os trabalhadores de forma majoritária se sentem realizados profissionalmente *sempre* (30%) ou *quase sempre* (46,7%). Já para 13,3% dos entrevistados o sentimento de realização profissional só é percebido *raramente* (10%) ou *nunca* (3,3%) é percebido. Outros 10% declararam não ter opinião sobre o quesito.

Vale destacar ainda que, segundo os trabalhadores, além de constituir uma necessidade o trabalho na empresa, por seu caráter desgastante e "braçal" os mesmos afirmaram já ter presenciado inúmeros casos de danos resultantes das atividades realizadas. Nesse sentido, o gráfico 16 apresenta a percepção dos trabalhadores sobre os transtornos causados pelo horário de trabalho e pelo próprio trabalho em si, num sentido mais geral, sobre suas vidas.

Gráfico 16 Transtornos e danos resultantes do horário de trabalho e do trabalho como um todo



Fonte: elaboração própria.

O que se observa a partir do gráfico 16 é que para a maioria dos entrevistados, apesar dos relatos extra questionário, quando questionado acerca dos danos em suas próprias vidas a maioria declara não sofrer nenhum tipo de dano decorrente do horário de trabalho (73,3%) e também nenhum dano causado pelo trabalho como um todo (60%).

Quando observado o questionamento sobre os problemas decorrentes do horário de trabalho sobre suas vidas, 23% dos entrevistados declarou não ter opinião formada sobre este aspecto. Já quando observado os danos resultantes do trabalho como um todo, destacam-se o *alto nível de cansaço* (13,3%), *danos à saúde física* (10%) e *problemas financeiros* (10%) como resultados nocivos do trabalho em empresa de construção civil. Além destes, para 6,7% dos entrevistados o *alto nível de estresse* resultante do trabalho em empresas de construção/canteiros de obra

Pelo exposto, dada, em certos momentos, a incongruência dos relatos dos próprios trabalhadores torna-se inviável tentar abstrair conclusões que possam ser transpassadas ao setor e aos trabalhadores do setor no estado como um todo. No entanto, de forma geral, foi possível perceber que parece não ter havido grandes alterações (ou nem mesmo existido alguma) na forma, no estado e na situação de vida dos trabalhadores da construção civil na capital maranhense, mesmo em meio e pós-período do *boom* imobiliário em São Luís.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo investigar as possíveis (in) alterações na vida do trabalhador da construção civil em São Luís como resultado da expansão do setor após o *boom* imobiliário observado na capital maranhense nos últimos anos. Para tanto, fez-se uso de pesquisa de campo, aplicando-se questionários junto aos trabalhadores do setor em alguns canteiros de construção em São Luís.

Ao longo do trabalho foi possível observar que a produção do espaço urbano se dá a partir de relações sociais de produção, marcadas pela atuação dos atores sociais produtores do espaço (proprietários dos meios de produção ou industriais, proprietários fundiários, promotores imobiliários ou agentes imobiliários, incorporadores e construtores, corretoras de imóveis, usuários da moradia ou moradores, agentes sociais excluídos ou grupos sociais excluídos e o Estado), nas quais valores e costumes da sociedade são materializados nas formas espaciais da estrutura da sociedade em movimento, acumuladas através do tempo e, ao mesmo tempo, em constante renovação; de tal forma que o espaço, em meio ao processo de ocupação de áreas outrora em desuso, apresenta-se como um reflexo dos interesses e conflitos da sociedade e, nesse sentido, como a sociedade é marcada por injustiças sociais, viu-se que o espaço é dotado de contradições e de conflitos de interesses.

Viu-se ainda que o setor de construção civil no Brasil, em especial da *habitação*, só começa a tomar ares expansionista com utilização de técnicas modernas de construção a partir de 1930 – muito em função do auxílio do Estado – e que só se consolidou como setor de *habitação* após a criação do Banco Nacional da Habitação, em 1964, a partir do qual se tem a promoção e a execução de políticas próprias, voltadas ao setor habitacional, visando “garantir” o acesso à habitação. A consequência disto foi a expansão e o desenvolvimento do setor de construção no país.

Em São Luís, por sua vez, a expansão mais intensa do setor de construção civil se deu impulsionada pelo aumento do número de edifícios construídos na capital (a partir de 2007). Isto é, em meio à intensificação do processo de verticalização de São Luís. Processo este que se traduziu em demanda maior por

mão-de-obra para as construções e, conseqüentemente, um número maior de trabalhadores atingidos pela renda e resultados (patrimoniais, físicos e mentais) gerados pelo setor.

A partir dos dados apresentados foi possível perceber que a predominância da utilização de trabalhadores do gênero masculino (em função, em grande parte, do caráter “braçal das atividades) e que, em geral, estes trabalhadores não possuem nível de escolaridade tão elevado. Isto porque, para a maioria dos trabalhadores entrevistados a escolaridade não ultrapassa o ensino médio completo, sendo que em 53% dos casos não chega nem ao ensino médio completo.

Ainda no que se refere à caracterização destes, viu-se que predominam os trabalhadores que possuem idade mínima de 31 anos, sendo que 60% dos entrevistados possuem idade igual ou superior a esta. Apesar da idade não tão baixa, isto não significou que estes trabalhadores estão atuando na mesma empresa há muito tempo, pois, como foi possível observar, para 63,4% dos entrevistados o tempo que está atuando na empresa não ultrapassa dois anos. Isto decorre, em parte, da fácil substituição da força de trabalho atuante nos canteiros de construção civil em decorrência do baixo nível de escolaridade dos trabalhadores e, em parte, como resultado dos contratos temporários ou por empreitada – aqueles que se destinam à execução de uma obra em específico e após isso o trabalhador é dispensado.

Já no que se refere às percepções dos trabalhadores quanto ao ambiente de trabalho, isto é, da satisfação destes em relação ao ambiente de trabalho, foi possível observar que 73,3% dos trabalhadores consideram o ambiente de trabalho agradável. Para a maioria dos trabalhadores o ambiente de trabalho é agradável, houve respeito às normas de segurança e higiene, se sentem respeitados por seus superiores e reconhecidos dentro da empresa, *mas* quando perguntados sobre os fatores de insatisfação no trabalho, os mesmos alegraram que os fatores que geram maior nível de insatisfação no trabalho são a rejeição de seus superiores e a higiene precária com banheiros instalados em condições inadequadas e não agradáveis. Ou seja, contrariando a perspectiva de ambiente de trabalho agradável e de respeito.

Por fim, no que se refere ao trabalho e seus resultados sobre a vida do trabalhador (física, patrimonial e psiquicamente), foi possível observar que a renda decorrente da atividade na construção civil não se mostra tão elevada. Em geral, o ganho entre os trabalhadores pesquisados, o salário não ultrapassa dois salários mínimos para a maioria (70% dos casos). O resultado disto é que, para um percentual significativo dos entrevistados, não é sempre que o salário possibilita nem mesmo o atendimento das necessidades básicas e, da mesma forma, não sempre possibilitam comprar os itens que a família deseja adquirir. Vale ressaltar ainda que, segundo 40% dos trabalhadores, o trabalho na construção civil lhes causa problemas financeiros (baixos salários gerando dívidas), danos à saúde física, cansaço e alto nível de estresse.

De forma geral, pelo exposto, é possível concluir que a expansão do setor de construção civil em São Luís, em paralelo ao *boom* imobiliário (a partir de 2007), não parece ter gerado grandes alterações na vida do trabalhador, principalmente no que se refere aos padrões de vida. Isto é, no que se refere a aquisição de bens e mudanças no padrão de utilização de serviços. Isto porque, como se viu, os trabalhadores, em percentual significativo, continuam em situação habitacional na forma alugada ou cedida. Da mesma forma, aqueles que possuem habitação própria, em percentual significativo apenas conseguiram obtê-la com auxílio de renda oriunda de outras atividades. Já no que se refere à utilização dos serviços, foi possível perceber que os trabalhadores continuam utilizando, majoritariamente, serviços públicos (de saúde, transporte e educação), não havendo percentuais significativos de utilização destes serviços oriundos da rede privada. Assim, o que se tem é que a expansão do setor de construção civil no estado não teve maiores beneficiários senão aqueles atores sociais que buscavam reproduzir e ampliar seu capital, seja através da construção, incorporação ou especulação sobre a construção habitacional/comercial.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Wagner Vinicius. **A Produção Social do Espaço Urbano em Londrina - PR: a valorização imobiliária e a reestruturação urbana.** Dissertação. Presidente Prudente, São Paulo: 2011.

ASSUMPÇÃO FILHO, Carlos Alberto Bimbatti. **O Crédito Imobiliário no Brasil.** Monografia. Araraquara, 2011.

ATHAIDE, M. R. C. de. **Gestão de Coletivos de Trabalho e Modernidade: questões para a engenharia de produção.** Tese de Doutorado. COPPE: - Rio de Janeiro: 1996.

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luis Aureliano G. de. **Habitação e Poder – da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação.** Zahar Editores: - Rio de Janeiro: 1982.

BARBOSA, Adilson J. P. **A Propriedade Imobiliária Urbana no Brasil: Entre Hobbes e Locke.** XIV Congresso Nacional do CONPEDI (Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito), Fortaleza – CE, novembro de 2005.

BARROS, Mercia M.S.B. **Metodologia para Implantação de Tecnologias Construtivas Racionalizadas na Produção de Edifícios.** Tese de Doutorado. São Paulo: 1996.

BIDERMAN, Ciro; SMOLKA, Martim O; SANT´ANNA, Ana. **Informalidad de La vivienda urbana.** Influyen en ella la regulación de la construcción y el uso del suelo? Land Lines Newsletter, abril de 2009, vol. 21, N 2, Cambridge, MA: 2009.

BONDUKI, Nabil G. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria.** Ed. Estação Liberdade. São Paulo, 1999.

_____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. Universidade São Judas Tadeu - Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. ISSN 1984-5766, nº 1, 2008.

BORGES, Viviane Florindo. **Reflexões Sobre a Política Pública de Habitação: do Banco Nacional de Habitação ao Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida.** VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 20 a 23 de agosto. São Luís, 2013.

CARLOS, Ana F. Alessandri. **A (Re) produção do Espaço Urbano.** EDUSP: - São Paulo: 1994a.

CARRIELLO FILHO, Orlando. **As Políticas Federais de Habitação no Brasil (1964 a 2002) e a Reprodução da Carência e da Escassez da Moradia dos Trabalhadores.** Tese de Doutorado. Brasília, 2011.

_____. **A Cidade.** 2ª ed. Contexto: - São Paulo: 1994b.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** 3ª ed. Ática: - São Paulo: 1995.

_____. **Organização do espaço:** dimensões, processo, forma e significado. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 36, Número Especial, p. 7-16, set. 2011a.

_____. **Sobre Agentes Sociais, Escala E Produção Do Espaço:** um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios. Contexto: - São Paulo: 2011b. p. 41-53.

COSTA, Wilson José Vieira da; GONÇALVES, Ricardo Junio; SILVA, Karlla Petronilha Guimarães; TEIXEIRA, Dioniregis Goncalves. **Processos Produtivos na Construção Civil:** otimização do processo de reboco de fachada em edificação. XXXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Engenharia de Produção, Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável: a Agenda Brasil+10. Curitiba, PR, 07 a 10 de out de 2014.

DEÁK, Csaba. **O Processo de Urbanização Brasileiro:** falas e façanhas. In: Deák, Csaba e Schiffer, Sueli R. (org). O processo de Urbanização no Brasil. Fupam/Edusp: - São Paulo: 1999.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Tecnologia, processo de trabalho e construção habitacional.** Tese de Doutorado. USP: - São Paulo, 1992.

FERREIRA, Maria Cristina Pereira de Paiva. **A Produção Desigual do Espaço Urbano:** considerações sobre a Política Habitacional de Interesse Social no município de Parnamirim/RN.

FÜRH, Ezequiel. **Financiamento Imobiliário:** análise da melhor combinação de recursos próprios e de terceiros para financiamento de um imóvel através do Programa Minha Casa, Minha Vida. Monografia. Porto Alegre, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. Atlas: - São Paulo: 2002.

GIMÉNEZ, Humberto Marshal Mendes. **A Verticalização de Maringá:** O caso do novo centro: uma urbanização do possível. Dissertação. Maringá, 2007.

GOMES, José Eduardo. **O Plano Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida:** mudanças e descontinuidades. Monografia. Porto Alegre, 2014.

GOMES, Rafael da Silveira. **A Produção Social do Infortúnio:** acidentes incapacitantes na construção civil. Dissertação. Rio de Janeiro, 2003.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade.** Hucitec: - São Paulo: 1980.

_____. **O Enigma do Capital:** e as crises do capitalismo. Boitempo: - São Paulo: 2011.

HONÓRIO, Leticia de Melo. **A Produção do Espaço em uma Cidade Universitária:** o caso de Viçosa, MG. Dissertação. Belo Horizonte, 2012.

JORGE, Maria Aparecida S. Silva. **Deslocamento do Trabalho Feminino e os novos Contornos da Divisão Sexual do Trabalho na Construção Civil em Anápolis e Goiânia**. Dissertação. Goiânia, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Grupo "As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Editions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

_____. **A Revolução Urbana**. Editora UFMG: - Belo Horizonte: 2008.

_____. **Espaço e política**. Editora UFMG: - Belo Horizonte: 2008.

LOCH, Solange Ap; SILVA, Juliano D; BOVO, Marcos C. **Expansão Imobiliária e Produção do Espaço em Campo Mourão (PR) Brasil**: estudos de casos do Jardim Albuquerque e conjunto COHAPAR. II Simpósio de Estudos Urbanos: a dinâmica das cidades e a produção do espaço – 19 a 21 ago. 2013. Paraná, 2013.

MARTINS, Maria Cristina da Rocha. **Gerenciar Fatores Particulares e Profissionais do Trabalhador da Construção Civil que o leva a um Comportamento de Risco**. Monografia. Curitiba, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Ed. Martins Fontes: - São Paulo: 1932.

MESQUITA, Danielle; XAVIER, Gilca. **O Turismo e a sua Atuação na Expansão do Espaço Urbano**: o caso Porto de Galinhas –Ipojuca –PE. Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, Vol. 15 - nº 2 - p. 207–225 / mai-ago 2013.

MELO, Marcus André B. C. **Classe, Burocracia e Intermediação de Interesses na Formação da Política de Habitação**. Espaço & Debates. São Paulo, N. 24, p. 75 a 85, 1988.

MORAIS, Eliene dos Santos. **A Percepção dos Stakeholders acerca da Implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida**. Monografia. Brasília, 2011.

MOTTA, Luana Dias. **A Questão da Habitação no Brasil**: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Artigo. UFMG: - Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Do 'Pântano' ao Jardim, uma Nova Esperança**: a produção social do espaço em Goiânia. Dissertação. Goiânia, 2002.

PETRUCCI JUNIOR, ROBERTO. **Soluções de Planejamento e Gestão Ambiental para Resíduos Sólidos da Construção Civil**. Monografia. Maringá, 2010.

PINHEIRO, Mariana de Vasconcelos. **Reprodução do Capital e Metamorfoses Espaciais**: um estudo da verticalização de Ponta Negra, Natal/RN. Dissertação. Natal: 2011.

RAMIREZ, Júlio César de Lima. **A verticalização de São Paulo e o Cinema**: uma nova dimensão nos estudos da cidade In: Sociedade e Natureza. Uberlândia nº 9, pp. 5- 22, Jan /Jun. Uberlândia, 1997.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos Cortiços aos Condomínios Fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. IPPUR, UFRJ: - Rio de Janeiro, 1997.

ROCHA, João Paulo Câmara da. **A (Re) Produção do Espaço Urbano e os Impactos Sócioambientais**: Emaús, Parnamirim-RN. Monografia. Natal, RN: 2006.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Território, Patrimônio e Turismo de Base Local** - uma relação inequívoca. in: seabra, Geovanni (Org.) Turismo de base local: Identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Universitária UFPB, 2007.

RONCHI, Pedro. **Expansão Urbana e o Programa Minha Casa, Minha Vida Na Região Metropolitana da Grande Vitória**. Apresentação de seminário. Vitória, 2014.

SANTANA, Rodrigo Tasca. **Sucesso Empresarial e Declínio Fulminante**: o caso Encol. Dissertação. Rio de Janeiro: 2012.

SANTOS, Cintia Pereira dos. **Sobre a Produção do Espaço Urbano e o Processo de Verticalização no Brasil**: algumas considerações. Artigo. UNESP, n.32, vol.1, p.155-175, jan/jun. 2010. Presidente Prudente, São Paulo: - 2010.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **Estratégias do Capital na Produção do Espaço Urbano de São Luís**: sobre verticalização e desigualdades socioespaciais (2000 – 2010). Dissertação. São Luís: 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6ª ed. EDUSP: - São Paulo: 2008a.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. EDUSP: - São Paulo: 2008b.

SILVA, Elane Oliveira. **As Contradições do Programa Minha Casa, Minha Vida para o Enfrentamento das Expressões da Questão Social Relativas ao Contexto Habitacional no Município de Maracanaú**. Monografia. Fortaleza, 2013.

SILVA, Luciana H. **A Verticalização do Espaço Urbano**: o caso do bairro do Prado – Recife/PE; 2008. Dissertação. Recife, 2008.

SILVA, Jadson Pessoa da. **Programa Minha Casa Minha Vida (2009-2010)**: avanços e limites para a população de baixa renda em São Luís – MA. Dissertação. São Luís, 2013.

SILVA, Marta do Nascimento. **A Favela como Expressão de Conflitos no Espaço Urbano do Rio de Janeiro**: o exemplo da Zona Sul carioca. Dissertação. Rio de Janeiro, 2010.

SINGER, Paul. **O uso do solo Urbano na Economia Capitalista**. In: MARICATO, Ermínia (org.). A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. Alfa-Ômega: - São Paulo: 1979, p. 21-36.

SOJA, Edward. **Uma Interpretação Materialista da Espacialidade**. IN: Becker, B. Haesbaert, R. Silveira, Carmen. Abordagens Políticas da Espacialidade. Ed. UFRJ: - Rio de Janeiro: 1983.

SOMEKH, Nadia. **A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador**: São Paulo 1920 – 1939. Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: - São Paulo: 1997.

SOUSA, Aline A. de. **O Papel do Crédito Imobiliário na Dinâmica do Mercado Habitacional Brasileiro**. In: ABECIP. (Org.). Construindo um modelo permanente, equilibrado e economicamente sustentável de crédito imobiliário brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Et Cetera Editora, 2007, v. 1, p. 109-169. São Paulo: 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O Território**: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPOSITO, Maria E. B. **O chão arranha o céu**: a lógica da (re) produção monopolista da cidade. Tese de Doutorado. USP, FFLCH: - São Paulo: 1991.

TELLES, Pedro C. da Silva. **História da Engenharia no Brasil**. Livros Técnicos: - Rio de Janeiro: 1984.

THRIFT, Nigel. **Space**: the fundamental stuff of human geography. In: HOLLOWAY, Sarah L., RICE, Stephen P., VALENTINE, Gill (eds.) Key Concepts in Geography. 6ª ed. London: sage, 2007.

VARGAS, Milton. **Para uma Filosofia da Tecnologia**. Alfa Ômega: - São Paulo: 1994.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TRABALHADORES

I **CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA**

1 **Sexo:**

Masculino Feminino

2 **Grau de instrução**

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo

3 **Faixa etária:**

- Entre 18 e 25
- Entre 25 e 30
- Entre 35 e 40
- Entre 40 e 50
- Mais de 50 anos

4 **Tempo que trabalha na empresa**

- Menos de 1 ano
- De 1 a 2 anos
- de 2 a 4 anos
- De 4 a 7 anos
- Mais de 7 anos

5 **Função:**

R: _____

II **CONDIÇÕES E SATISFAÇÃO**

6 **Ambiente de trabalho é agradável.**

Sim

- Não
- As vezes

7 O ambiente em que você trabalha respeita as normas básicas de higiene e segurança no trabalho?

- Sim, plenamente
- Sim, na maioria das vezes
- Não, nunca

8 Você se considera respeitado pelo seu superior imediato?

- Sempre
- Quase sempre
- Raramente
- Nunca
- Não tenho opinião

9 Há capacitação devida ou orientação para execução do trabalho.

- Nunca acontece
- Acontece raramente
- Sempre acontece

10 Realiza tarefas que não são compatíveis com as atividades do cargo.

- Nunca acontece
- Acontece raramente
- Sempre acontece

11 Você se sente feliz com as atividades que desempenha na organização?

- Sim, sempre
- Sim, na maioria das vezes
- Sim, raramente
- Não, nunca

12 Você se sente reconhecido dentro da empresa?

- Sim, sempre
- Sim, na maioria das vezes
- Sim, raramente
- Não, nunca

13 Como você classifica a sua motivação no trabalho?

- Muito Satisfeito
- Satisfeito
- Indiferente

- Insatisfeito
- Muito insatisfeito

III O TRABALHO E A VIDA DO TRABALHADOR

14 Renda decorrente da atividade:

- 1 salário mínimo
- 1 a 2 salários mínimos
- 2 a 3 salários mínimos
- 3 a 4 salários mínimos
- Acima de 4 salários mínimos

15 O seu salário satisfaz as suas necessidades básicas de vida?

- Sim
- Não
- Mais ou menos (em alguns períodos). Quando? _____

16 Qual seu nível de satisfação em relação ao seu salário?

- Insatisfeito
- Pouco satisfeito
- Satisfeito
- Totalmente satisfeito

17 Sua remuneração é adequada ao que faz?

- Sim
- Não
- Mais ou menos

18 Os aspectos de trabalho influenciam na sua vida pessoal?

- Sim, sempre
- Sim, na maioria das vezes
- Sim, raramente
- Não, nunca

19 Seu horário de trabalho causa transtorno na sua vida pessoal?

- Sim
- Não
- Não tenho opinião

20 O seu trabalho lhe dá um sentimento de realização profissional?

- Sempre
- Quase sempre
- Raramente
- Nunca
- Não tenho opinião

21 O seu trabalho (salário) lhe possibilita comprar os bens que você e sua família desejam? (Ex: TV; geladeira; computador; carro; moto)

- Sim, sempre
- Quase sempre
- Raramente
- Nunca
- Não tenho opinião

22 Você mora em:

- Casa (apartamento) própria
- Casa (apartamento) alugado
- Casa (apartamento) cedido

22.1 Se casa (apartamento) própria, esta foi comprada com o seu trabalho (salário) em construção civil?

- Sim
- Não
- Em parte (teve ajuda de outras fontes de renda)

22.2 Se casa (apartamento) alugado:

- O salário não me permite comprar uma casa
- O salário me permite pagar aluguel sem dificuldades
- Não consigo comprar uma casa e, com o salário, pago aluguel com dificuldade
- Pago aluguel sem dificuldades porque tenho ajuda de outras fontes de renda

22.3 Se casa (apartamento) cedida:

- O salário não me permite comprar uma casa
- O salário não me permite pagar aluguel
- Outro motivo me levou a morar desta forma. Qual? (não obrigatório) _____

23 Devido ao nível do meu salário, meu principal meio de transporte é:

- Carro próprio
- Moto própria

- Serviço de taxi
- Transporte público
- Bicicleta
- Andando

24 Devido ao nível do meu salário utilizo (eu e minha família):

- Sistema de saúde particular (clínicas particulares, mas sem plano de saúde)
- Plano de saúde
- SUS

25 Devido ao nível do meu salário, meus filhos utilizam:

- Rede privada de educação (escolas particulares)
- Rede pública de ensino (escolas públicas)
- Não estudam. (Por quê? (não obrigatório)_____)
- Não tenho filhos

26 O principal problema que meu trabalho causa em minha vida é:

- Alto nível de estresse
- Alto nível de cansaço
- Danos à saúde física
- Problemas financeiros
- Não causa nenhum problema

27 Cite duas das principais razões pelas quais você trabalha na empresa.

R₁: _____

R₂: _____

28 Cite os dois principais fatores que geram mais insatisfação no seu trabalho.

R₁: _____

R₂: _____